

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 07 de abril de 2021.**
 - 2. Deliberação n.º 111/21 – Proposta n.º 20/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público para a concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão.**
 - 3. Deliberação n.º 112/21 – Proposta n.º 21/2021 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Inscrição de saldo não consignado 2020.**
 - 4. Deliberação n.º 113/21 – Proposta n.º 17/2021 – DURB/DIMOT – Suspensão dos serviços de estacionamento tarifado na cidade de setúbal – Ratificação (Novo Estado de Emergência).**
 - 5. Deliberação n.º 114/21 – Proposta n.º 07/2021 – DOM – Empreitada “Unidade de Saúde Familiar de Azeitão” - Consulta Prévia 36/20/DOM – Adjudicação.**
 - 6. Deliberação n.º 115/21 – Proposta n.º 4/2021 – DAAE/GAPAE – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2021.**
 - 7. Deliberação n.º 116/21 – Proposta n.º 5/2021 – DAAE/SRIFLOR - Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Sol Nascente (I.P.S.S.).**
 - 8. Deliberação n.º 117/21 – Proposta n.º 38/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio a atividades da Associação de Moradores do Bairro da Anunciada.**

9. **Deliberação n.º 118/21 – Proposta n.º 40/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas – Eventos Desportivos 2021.**
 10. **Deliberação n.º 119/21 – Proposta n.º 07/2021 – DES – Protocolo de Cedência de Prédio Urbano, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia do Sado.**
 11. **Deliberação n.º 120/21 – Proposta n.º 08/2021 – DES – Contrato-Programa entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal para a construção da Unidade de Saúde de Azeitão.**
 12. **Deliberação n.º 121/21 – Proposta n.º 03/2021 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2021.**
- C) **Período destinado à intervenção do público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete e dos departamentos de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 6.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha sido recentemente revelado um estudo, feito pelo portal Idealista, que tinha corrido, também, vários órgãos da comunicação social, que revelava que o Município de Setúbal era a segunda cidade do sul da Europa que tinha a maior taxa de esforço das famílias para arrendamento de casa. Esse era um problema que exigia reflexão por parte de todos os agentes políticos e que exigia, também, que fossem encontradas soluções. A habitação encontrava-se naquilo a que, em economia, se designava, por bem de mérito. Significava isso que o acesso à habitação não podia ser condicionado às regras de funcionamento do mercado nem à voragem especulativa e precisava, naturalmente, de intervenção pública, para que todos pudessem ter acesso a uma habitação condigna e a um preço justo.

Era, por isso, fundamental que a política de habitação dos municípios, em particular de Setúbal, não se resumisse à construção ou requalificação de habitação social e urgia, efetivamente, lançar mão daquilo que eram os instrumentos e linhas de financiamento que o Estado colocava à disposição dos municípios, para a construção de habitação pública para arrendamento acessível, à semelhança do que já acontecia noutros municípios e ao abrigo da Estratégia Local de Habitação, cujos objetivos careciam de uma revisão e de um alargamento.

Os municípios eram, também, fundamentais no fomento da construção de habitação cooperativa, que se constituía como uma alternativa para quem quisesse aceder à sua habitação própria, a uma habitação sem ser através do mercado de arrendamento e que não

conseguia, atendendo àquilo que eram as variações de mercado e à voragem especulativa - que já tinha referido -, não conseguia aceder à sua habitação própria de uma outra forma.

Sr. Vice-Presidente – Disse que era só para pedir um esclarecimento acerca da intervenção: Qual tinha sido a fonte que o senhor vereador tinha citado, porque não sabia se tinha referido alguma?

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que se referia, nomeadamente, a um artigo publicado no Jornal de Negócios, que tinha por fonte um estudo realizado pelo portal imobiliário Idealista, que tinha sido feito tendo em consideração o peso do arrendamento em cidades de Portugal, de Espanha e de Itália, que tinha apontado Milão como a cidade do sul da Europa onde arrendar casa requeria maior esforço por parte das famílias. Setúbal era, dos municípios analisados, aquele que se encontrava em segundo lugar, atrás de municípios como Madrid.

Sr. Vice-Presidente – Perguntou se o que o senhor vereador tinha dito tinha sido que, a seguir a Milão, Setúbal era onde era mais difícil arrendar casa.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que sim, atendendo à taxa de esforço.

Sr. Vice-Presidente – Disse que, portanto, taxa de esforço queria dizer um menor rendimento para uma renda maior. Portanto, as outras cidades do país tinham uma taxa de esforço muito menor que Setúbal. Se era isso, agradecia a informação mas ia verificar, porque achava que era altamente improvável e quase impossível. Mas iam verificar isso, porque o nível de rendimentos, segundo os extratos estatísticos saídos sobre os rendimentos das famílias, davam indicadores exatamente ao contrário.

Comparativamente com as cidades de maior dimensão no país, Setúbal estava muito bem posicionada no rendimento das famílias. Agora, se o valor das rendas era assim tão alto seria, certamente, o mercado nacional que ditaria os preços, mas achava muito improvável essa informação, que dizia que só na cidade de Milão, na Europa, as famílias tinham uma taxa de esforço superior às de Setúbal para arrendarem casas, a seguir era Setúbal. Achava que isso era improvável, mas haveriam de verificar os dados.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação àquela matéria, já que estava a ser falada, esse estudo dizia que a taxa de esforço em Setúbal era 41 por cento. Isso, como dizia e bem o Sr. Vereador Manuel Pisco, era o rácio rendimento/valor de arrendamento. Isso queria dizer muitas coisas interessantes. Aliás, não era só Setúbal. Em Setúbal era 41, mas havia muitas cidades portuguesas que tinham 39 e havia quem tivesse 38 e por aí fora.

Isso queria dizer uma coisa muito interessante. Queria dizer que, por um lado, os rendimentos dos portugueses eram baixíssimos, porque as rendas não eram das maiores da Europa. Aliás, para a mesma tipologia, as rendas aqui seriam metade, um terço, um quarto, um quinto das rendas noutros países europeus.

A questão era o rendimento das pessoas, o que queria dizer que, quando o PCP defendia o aumento do salário mínimo para valores que se aproximavam dos mil euros, não era nenhuma miragem, era a justiça mínima aceitável. Quando outros partidos defendiam a manutenção do salário mínimo ao nível a que estava, quando outros partidos aceitavam, em concertação social, os rendimentos e os salários que eram impostos pelos patrões, o quadro estava claro. Isso era a primeira questão e era global no país. Portanto, o que se tratava, ali, era que esse rácio traduzia, sobretudo, um rendimento baixíssimo dos portugueses. Essa é que era a questão.

A segunda questão era que, em Setúbal, tínhamos dois problemas complicados e que convergiam. O primeiro problema era que durante décadas não tinha havido habitação pública, excluindo o PER, num dado momento. O PER já tinha sido nos anos 80. O Governo tinha decidido desinvestir na habitação pública que era sua responsabilidade, como, naquele momento, estava a ser admitido pelo Partido Socialista. O que tinha feito tinha sido investir

4

nos bancos para aquisição de casa. Portanto, o que tinha acontecido no país inteiro, sobretudo, nos municípios em crescimento e nas regiões em crescimento, tinha sido uma redução drástica da oferta de habitação.

Estava provado que a forma de baixar as rendas ou garantir um rácio de taxa de esforço aceitável era criar mais habitação pública, fosse de renda acessível, nos termos que tinham sido referidos, fosse de renda apoiada, para as pessoas com maiores dificuldades.

Como os senhores vereadores sabiam, o Governo tinha desinvestido completamente nessa área, não competia às autarquias investir nessa área e as autarquias tinham feito um esforço enorme de garantir a gestão do parque que tinham. No nosso caso, custava-nos 4 milhões de euros de dinheiro não recebido.

Naquele momento, finalmente, parecia que o Governo tinha percebido, à boleia do PRR, que a aposta na habitação era uma aposta central. Nós tínhamos menos de 2 por cento de habitação pública, no conjunto global, enquanto um país envolvido médio tinha 10 por cento e os mais desenvolvidos tinham 20 por cento. Portanto, o que estava em cima da mesa era essa situação.

Setúbal tinha outro problema que também se juntava à ausência de investimento em habitação, era que os próprios privados, num dado momento, também tinham investido menos ou investiram só em habitação para, digamos, os setores sociais com maior capacidade financeira. Por outro lado, a reabilitação do IHRU, através do IFRRU, tinha sido focada, sobretudo, em alojamento local, ao contrário dos princípios definidos - bonitos, lindos de morrer - do IFRRU, que eram focados na habitação e, acessoriamente, no alojamento local. Tinham sido 98 por cento utilizados em orçamento local. Portanto, era o que tínhamos.

Setúbal tinha, ainda, uma outra situação. É que, com a criação de postos de trabalho decorrentes das empresas instaladas em Setúbal, havia uma procura tremenda de habitação para os trabalhadores que tinham vindo para essas empresas. Portanto, tínhamos um caldo de cultura que levava a que fosse difícil encontrar habitação em Setúbal e que esse rácio tivesse crescido dessa forma.

Qual era a resposta? Naquele momento, estavam num processo de aprovação do PDM, que iria definir regras, que já tinham visto ali, em relação à habitação. De qualquer modo, a oferta que estava a aparecer, privada, continuava a ser para os setores de capacidade média/alta, do ponto de vista financeiro.

De qualquer maneira, com o PRR, naquele momento, estavam a trabalhar com o IHRU, e, para além da reabilitação dos nossos fogos, que era uma medida, muito consistente, em que estavam a investir, a apostar e estavam, mesmo, já a começar, com grande maturidade, as candidaturas, tinham iniciado já obra, no caso concreto, da Manteigada – estava a falar da reabilitação dos jogos -, mas, também, tinham negociado recentemente.

A Sra. Presidente da Câmara tinha estado nessa reunião e podia, até, dar uma nota mais desenvolvida dessa reunião. Tinham negociado a cedência de terrenos para realizar a construção de fogos em Setúbal. Esses fogos iriam ter o apoio do PRR. Tinham apresentado uma proposta que apontava para os cerca de 600 até 800 fogos de renda apoiada, mas o próprio IHRU estava interessado, nos seus terrenos, em construir, de imediato, 1500 fogos de renda acessível e tinha terrenos, em Setúbal, para construir 4500 a 5000 fogos de renda acessível. Portanto, isso queria dizer que, com o PRR, o próprio IHRU estava empenhado em dar resposta da renda acessível e, tendo terrenos em Setúbal - porque tinha! -, ia, também, aqui, dar essa resposta.

Lamentavelmente, o IHRU não construía renda apoiada, o que era uma vergonha. O IHRU construía só renda acessível. Já tinha demonstrado, em reuniões anteriores, que, para os mesmos 100 fogos, o rendimento de uma renda acessível e de uma renda apoiada era uma diferença de 10 vezes. Portanto, isso queria dizer que o IHRU fazia a renda que dava retorno e que permitia reabilitar, manter e, até, ter lucro e deixava para os municípios - que também podiam fazer renda acessível, se quisessem - a renda apoiada, que era, absolutamente, essencial, e, também, para as entidades do terceiro setor, o que era um descalabro. Não entendia como é que isso era possível.

Mas, de qualquer maneira, o segredo, a solução, parecia que o Ministro Nuno dos Santos, finalmente, lhe tinha batido na testa e tinha percebido que a solução era mesmo investir, de uma forma muito sólida e muito consistente, em habitação pública. Naquele momento, também o Governo estava a fazer aquele esforço de identificar, enfim, equipamentos e edifícios públicos para transformar em habitação. Tinham um caso que tinham proposto e que esperavam que fosse bem resolvido, do Palácio do Quebedo, do antigo ACT, para fazer um espaço de alojamento temporário para sem-abrigo, para vítimas de violência doméstica, etc. Tinha havido um *"quid pro quo"* qualquer mas iam ver se conseguiam resolver. Tínhamos, na nossa estratégia, naquele momento, além desse espaço, mais dois ou três espaços municipais definidos para esse alojamento temporário.

Portanto, era só para dizer que a resposta era a ação e eram soluções. As soluções que o Governo estava a adotar naquele momento estavam propostas havia imenso tempo, por toda a gente. Ali, já tinham dito isso vezes sem fim, que a questão era o investimento público na criação de habitação pública. Havia quem dissesse - e já o tinha ouvido do PS e do PSD: *"Então, a Câmara que construa."* Não sabia se os senhores vereadores sabiam que as câmaras não tinham que construir. Naquele momento, que construíssem assim, que conhecesse, só Oeiras, nem Lisboa nem Porto. Eram milhões que ninguém tinha condições de dispor dessa maneira.

Era uma questão que tinha que estar numa estratégia nacional, em que o Governo investia e eles o que podiam fazer - e faziam muito bem - era identificar famílias, fazer os processos de gestão e era, eventualmente, ser dono de obra, etc, mas não encaixar esse dinheiro. Do PER, ainda não sabia se acabavam no corrente ano ou no próximo de pagar a comparticipação de 30 por cento da Câmara, do PER do tempo, ainda, de Mata Cáceres.

Portanto, seria uma vergonha que os municípios tivessem que construir e pagar a construção, mesmo que fossem só os 70 por cento que queriam que fosse. Já tinham percebido que não podia ser, senão não havia o 1.º Direito. Era um grande projeto do IHRU, mas ninguém estava a executar o 1.º Direito, porque os municípios não tinham capacidade de construir. Das 30 e tal Estratégias Locais de Habitação aprovadas pelo IHRU só havia 6 municípios com contratos-programa, porque ninguém tinha dinheiro para investir.

Agora, a bazuca do PRR vinha ajudar a que, com a indicação de que iriam construir com 100 por cento investimento de dinheiro público central, se abrissem as portas e, naquele momento, havia dezenas de municípios a fazer contratos-programa, porque havia dinheiro para fazer, para intervir e para construir. Portanto, a solução em Setúbal era igual à solução no país e na Europa: Mais habitação pública, mais investimento público do Governo na área da habitação, de acordo com a Lei de Bases da Habitação, e os municípios lá estariam, para darem o seu contributo naquilo que era a sua capacidade instalada a nível local, o seu saber e o seu conhecimento.

Estavam a fazê-lo e já tinham apresentado as propostas ao PRR. Tinham sido o primeiro município a apresentar as propostas ao PRR. Tinha sido dito que as propostas do município eram consistentes e muito bem apoiadas. Estavam a aguardar que, no quadro do PRR-AML, fosse definido que investimentos vinham para os diferentes municípios, incluindo Setúbal. Apontava-se que lá para junho as coisas estivessem clarificadas. Pela parte deles, estavam a trabalhar em projetos de reabilitação e em projetos de construção. Estavam a fazer aquilo que era a nossa parte, aquilo que era a parte que tinham decidido assumir, a aguardar que viesse a definição dos investimentos a fazer.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que a discussão era referente ao estudo que tinha sido conhecido e tinha sido público. Só queria dar uma nota para essa situação, referente a dois aspetos diferentes.

Um, primeiro, era que, quando se falava em habitação era fundamental ter-se uma noção do dinamismo da habitação. O Município de Setúbal estava inserido na Área Metropolitana de Lisboa, o que significava que a habitação e a oferta de habitação que competia, por assim dizer, para as pessoas procuravam casa, não era só no concelho de Setúbal. Isso era importantíssimo ter-se em mente quando se ia planear construir mais habitação. Portanto, era

fundamental que a oferta combinada dos diferentes municípios que tinham a mesma área de influência para onde as pessoas decidiam onde iam morar, ou não, fosse articulada. Se não fosse, nunca se saberia onde é que estava a criar excesso de oferta, ou não, e, portanto, muito rapidamente, ao se resolver um problema podia estar-se a criar outro problema noutra local, ou, até, mesmo a introduzir algumas disrupções negativas no mercado de habitação, a não ser que se dissesse que não tinha que haver mercado de habitação, mas isso já seria uma conversa muito mais longa que poderiam ter ali. Ele existia e, portanto, também não se tinha que criar.

Havia uma segunda circunstância que achava que era importantíssima e, aí, até fazia, enfim, uma nota informativa/de apelo, porque, na Área Metropolitana de Lisboa, que era a nossa área de influência a nível de habitação principal, havia um aspeto que tinham que olhar com a devida atenção. Não sabia como seria depois daquilo que seria a normalidade pós-pandémica, por assim dizer, mas aquilo que era a realidade até à pandemia do COVID-19 era o facto de termos um epicentro de procura de oferta habitacional, aliás, imobiliária, até, que era o município de Lisboa e, daí em diante, todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa sofriam esse efeito, uns com maior intensidade outros com menor. O epicentro era ali, portanto não era cada município tinha a sua capacidade para atrair habitação. O epicentro era ali.

A verdade é que esse choque de aumento de preços tinha feito com que o resto dos municípios levasse com esse aumento de preços, porque as pessoas tinham saído de Lisboa, por variadíssimas razões, pela pressão, porque podiam vender a casa, porque não tinham como comprar casa, porque não tinham como arrendar casa e tinham-se ido deslocando para outros municípios e fazendo aumentar os preços. O certo é que, se olhássemos para o município de Lisboa, inserido naquilo que era a região de Lisboa e Vale do Tejo - já não falava só da Área Metropolitana de Lisboa -, havia uma nota que tinham que olhar com a devida atenção, a quantidade de serviços do Estado que estavam concentrados em Lisboa e que tiravam espaço de habitação. Eram serviços, muitos deles, até regionais. Era uma barbaridade, e era, também, um desequilíbrio completamente injusto, contrário a qualquer princípio de coesão territorial que a nossa região devia ter. Isso significava que, se contabilizassem a quantidade de organizações que ocupavam edifícios no centro de Lisboa que pertencessem só à região de Lisboa e Vale do Tejo, diria que, talvez, tivessem em Santarém agricultura e pouco mais do que isso.

Isso era uma ótica de olhar para o nosso território que articulava o emprego, a mobilidade e a habitação. Se isso não estivesse articulado não haveria política de habitação que fosse funcionar e não haveria investimento que fosse compensar isso, porque estaríamos sempre a criar desequilíbrios. Nesse aspeto, era fundamental quando fosse designada, efetivamente, a oferta de habitação.

Por isso, não queria deixar de dar esse contributo, porque era algo que o preocupava já havia bastante tempo. Enfim, não era uma discussão que se cingisse, apenas, ao nosso município, mas, quando fosse decidida, efetivamente, essa oferta e fosse decidida, até, também, aqui, no concelho de Setúbal, tinha que se olhar para os outros concelhos, pela via da mobilidade, pela via do emprego, e, naturalmente, pela via da oferta de habitação que era criada nos outros locais, para, precisamente, conseguirmos resolver o problema de vez, porque era estrutural e era enorme, porque, assim, nunca se iria conseguir aplicar qualquer tipo de direito da primeira habitação, fosse de que forma fosse, fosse de que meio fosse, fosse de que mecanismo fosse.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que o estudo valia o que valia, como todos os estudos, mas aquele não devia ser um estudo que devesse ser desvalorizado, por uma razão: Todos os que estavam no terreno sabiam da dificuldade, efetiva, de arrendamento, de achar casas para arrendamento. A oferta era muito reduzida, efetivamente, e, quanto menor fosse a oferta, naturalmente, que, dada a procura, os preços subiam.

Existiam duas situações. Obviamente que a renda apoiada era fundamental para um determinado setor da população. O senhor vereador tinha desvalorizado um pouco a renda



acessível, face à renda apoiada - pelo menos, tinha ficado com essa ideia, ou, então, tinha compreendido mal -, mas a renda acessível é que era fundamental para poder baixar os preços de uma forma generalizada, fossem os preços de arrendamento ou fossem, depois, também, de aquisição de casas, porque a renda acessível era a que chegava à maior franja da população que tinha necessidade efetiva de ter uma casa, como toda a gente, e que, para a classe média, dentro das várias classes médias que compunham a classe média, começava a ser muito insuportável, mesmo para rendimentos comparando só Portugal. Não merecia a pena comparar Setúbal com Milão, porque achava que era um bocadinho absurdo.

A estatística era o que era, pelos vistos, segundo aquele estudo estatístico, mas, comparando em Portugal, Setúbal aparecia, efetivamente, com o rácio em que, em termos de taxa de esforço, era pior, mas, também, se fossemos ver em termos de rendimentos, Setúbal não estava abaixo da média do rendimento - pelo menos, tinha estado, rapidamente, a consultar o Pordata -, Setúbal estava acima da média, em termos de rendimento. Obviamente que o problema de Portugal, face a outros países, nesses rácios, era o rendimento, que era um fator, mas, quando, depois, entrávamos na análise - isso, tentando fazer uma análise séria sobre esse estudo - dentro do país e víamos que Setúbal tinha um rendimento superior ao rendimento médio do que se passava no país, depois, tinha um esforço inferior. Era o que ali dizia.

Sabiam isso, porque dizia que o rendimento médio, no Pordata, em 2018, era 1100 euros, o que era superior ao rendimento médio do país inteiro. Estavam a falar de estatística, também sabiam isso e sabiam que havia quem comesse dois frangos e quem não comia nenhum e, em média, dava um frango a cada um e, na prática, havia um que morria de fome. A estatística tinha esse problema, mas o que queria dizer era que, se do ponto de vista do rendimento, não estávamos abaixo da média, pelo contrário, do ponto de vista da oferta, estávamos, efetivamente, com um problema e a renda acessível era, no âmbito daquilo que eram as políticas públicas de habitação, uma solução que devia ser investida, aliás, como alguns concelhos estavam a investir, até antes do PRR. Antes de haver PRR havia concelhos que estavam a investir, em grande escala, na renda acessível. Havia concelhos onde isso era uma realidade.

Achavam, também, que as câmaras municipais, sendo as gestoras do ordenamento do território dos seus concelhos, também podiam ter políticas que levassem a uma tendência de haver mais oferta e, com isso, baixar, mas também isso tinha que ser acompanhado de uma visão estratégica, como o Vereador Nuno tinha dito, dos vários investimentos que eram os investimentos estratégicos. Por exemplo, fazia todo o sentido que o aeroporto, a ser no Montijo ou a ser em Alcochete ou fosse onde fosse, mas que fosse no distrito ou na zona de influência, iria trazer uma brutal procura, para a qual a região não tinha oferta, fosse para os trabalhadores das obras, no decorrer das mesmas, fosse, depois, aqueles que iriam ficar cá a residir, nas empresas que se iam estabelecer.

Portanto, isso era algo que também deveriam - como tinha dito o Vereador Joel, no início - ter uma ponderação, porque, efetivamente, quem andava no terreno sentia essa falta de oferta no mercado. Isso era uma realidade, fosse com esse estudo, fosse comparando com Milão ou com o quer que fosse. O que era um facto era que Setúbal tinha mesmo um problema, não conseguir ter oferta para o mercado, especialmente para o mercado do arrendamento. Isso era uma realidade.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tinham ficado mais elucidados com o propósito da intervenção inicial da bancada do Partido Socialista com a intervenção do Vereador Paulo Lopes. Confessava que, no início da intervenção, não tinha percebido muito bem qual a razão e qual a motivação da intervenção, de suscitar ali o interesse para o estudo, sobretudo com todas as reservas naturais que um estudo com essas características e com um conjunto de elementos estatísticos apresentava. Tinham ficado mais elucidados com a segunda intervenção, por parte do Vereador Paulo Lopes.

As intervenções da bancada do Partido Socialista tinham permitido duas coisas: Primeiro, uma descrição pormenorizada, por parte do Vereador Carlos Rabaçal, que, de uma forma

muito sumária, tinha feito uma síntese daquilo que eram as dificuldades e a problemática no acesso à habitação, e, depois, se calhar, até de uma forma muito propositiva e disponível, do Vereador Nuno Carvalho, por parte do PSD, de tentar disponibilizar-se para uma reflexão mais aprofundada.

A intervenção do Partido Socialista suscitava-lhe uma questão de maior interesse. Aproximavam-se e estavam em vésperas de uma data importante e relevante para a democracia portuguesa e o Partido Socialista brindava-os com essas surpresas fantásticas. Naquele dia, trazia aquela pequena parábola, mas dias antes tinha trazido uma metáfora mais interessante, utilizando, inclusivamente, algumas palavras de ordem associadas a forças políticas, dizendo, numa das suas publicações formais, que *“assim se vê a ajuda do PCP.”*

A única forma que tinha para justificar aquela intervenção era dizendo que estavam perante o verdadeiro erro de Descartes, porque um *“slogan”* que era caro ao Partido Socialista era *“a razão e o coração”* e o Partido Socialista deparava-se, de facto, naquela confrangedora situação que o autor e neurocirurgião Manuel Damásio tinha clarificado, que era um erro de Descartes, porque nem tinha a emoção para conseguir motivar e convencer os setubalenses e os azeitonenses nem tinha razão, porque mentia e feria de verdade aquilo que eram as circunstâncias.

Era pouco. Era um contributo difícil de compreender que, quando aos eleitos, fosse do poder central, seja do poder local, deviam exigir seriedade nas suas afirmações, continuassem a insistir nessa prática recorrente de querer enganar a população, falando de inverdades e querendo utilizar jargões, nomeadamente, como o Partido Socialista fazia, dizendo que a Câmara Municipal de Setúbal reduzia em 0,01 por cento o IMI e o aumentava o estacionamento em 500 por cento, mas dizendo que isso era a forma de ajudar socialmente, numa crise social, as famílias. Isto era desonesto, politicamente.

Por falar em estatística, ia a um exemplo concreto. Desafiava o Vereador Paulo Lopes para clarificar sobre as estatísticas quando diziam, por exemplo, no quadro daquilo que eram as ofertas para ajuda às famílias vindo da Segurança Social, tinham 700 gramas de frango para oferecer às famílias - estavam a falar de estatísticas, a propósito daquele estudo que tinha surgido - e, portanto, ficavam as instituições sem saber, quando um frango tinha um quilo, qual é que era a parte da asa que se cortava, quando tinham um frango congelado para atribuir às famílias. Estavam a falar de estatística.

Portanto, confessava que ficava baralhado sobre qual seria a intencionalidade do Partido Socialista, que, sem nenhum pudor, relativamente a essa matéria, em que tinha tido responsabilidades no passado, na governação da cidade, que tinha responsabilidades, havia largos anos, no Governo, sobre a política nacional de habitação e que queria assacar responsabilidades ao governo local da cidade, naquilo que era um estudo que *“a ver vamos”* da veracidade e da forma como tinham sido calculadas essas percentagens, para chegar a essa conclusão, e o Partido Socialista, de uma forma até inocente, eventualmente até para querer clarificar, para querer não lançar essa questão, sabendo tudo o que estava a ser discutido, vinha, de uma forma paladina, dizer: *“Bom, a taxa de esforço pedida às famílias...”*

Não tinha sido o Partido Socialista que tinha governado, ao longo dos últimos anos, o país? E não era ao Partido Socialista que tinha competido, objetivamente, criar condições para que as famílias mais carenciadas e a classe média - como tinham utilizado a expressão que, enfim, até era subjetiva, na forma como podiam classificar o acesso à habitação - podiam, ou não, ter acesso a essa matéria, ter acesso à habitação? Portanto, ficava, de facto, constrangido, quando se faziam afirmações levianas, querendo introduzir ruído sobre essa matéria e dizendo: *“Bom, e tal, parece que saiu agora aqui um estudo...”* Bem-vindos à realidade do país, mas, se calhar, esse convencimento da realidade do país em que vivíamos devia acolher, da parte do Partido Socialista, junto dos governantes do país, esse sentido de responsabilidade e perceber como se podia desencadear um conjunto de estratégias - como tinha dito o Vereador Nuno Carvalho -, integradas, refletindo um conjunto de indicadores e de dimensões: A mobilidade, a pressão que as cidades refletiam, até, um bocadinho, a própria especulação imobiliária, que, por circunstâncias de investimentos, muitas vezes sofriam.

Vinham, naquele momento, utilizar um estudo, enfim, que, com certeza, com toda a disponibilidade, como sempre tinham tido, para avaliar, para dizer: *“Bom, esta é uma preocupação”*, mas, essa era a preocupação objetiva que traziam ali? Pensava que os senhores vereadores traziam soluções, pensava que vinham dizer que, de acordo com a leitura que faziam dessa problemática, tinha, naquele momento, essa preocupação para levar aos governantes do Partido Socialista, para traduzirem, de uma forma mais rigorosa, aquilo que eram dificuldades objetivas, não só dos setubalenses mas de todos aqueles que, na Área Metropolitana, viviam, porque esse era um problema transversal à península de Setúbal, em particular. Portanto, era bom e seria saudável que, num momento em que estávamos a assinalar mais uma data, a efeméride do 25 de Abril, fossem rigorosos nos elementos que traziam e rigorosos nas afirmações que faziam e que quisessem, todos, contribuir para a clarificação da discussão política e que fossem todos contributo para o encontro de soluções, assumindo cada um as suas responsabilidades.

Aliás, sobre essa matéria, o Vereador Carlos Rabaçal tinha aflorado mas não tinha aprofundado e, se calhar, na sua segunda intervenção fá-lo-ia. Bastava ver a trifulhice e a baralhação que, com responsabilidade direta do Partido Socialista, tinha sido a descentralização de competências e, sobre essa matéria, a forma como a queriam assacar à responsabilidade das autarquias locais, nas mais diferentes matérias.

Mas tinha vindo, mais uma vez, naquele momento, o Partido Socialista preocupar-se com esse indicador e como é que a Câmara Municipal podia interferir nessa matéria, quando os senhores responsáveis diretos pela matéria da descentralização de competências não tinham feito outra coisa se não querer *“empurrar com a barriga”* competências, sem discutir com as câmaras municipais, sem verificar a interação dessas mesmas medidas, sem verificar as necessidades das populações, sem perceber a real capacidade que as câmaras municipais tinham para interferir.

Portanto, ali, o sentido era: *“Vamos criar aqui um anátema daquilo que é o problema da habitação em Setúbal e dizer que este problema, eventualmente, até poderia ser resolvido, se houvesse boa vontade da Câmara Municipal de Setúbal.”* Isso não era discutir os problemas com seriedade, não era aprofundar uma reflexão, que era precisa e que era necessária, era querer criar factos onde eles não existiam. Pensava que essa não era uma forma de contribuir para uma discussão que devia ser feita com a seriedade e com o sentido de responsabilidade que, nomeadamente, ao Partido Socialista tinha assistido nos últimos anos.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, efetivamente, toda a retórica que tinham ouvido, por parte do Vereador Pedro Pina, não tinha apresentado solução absolutamente nenhuma para aquilo que era um problema que já vinha de há muitos anos. Era um problema que já vinha de há muitos anos, que não tinha sido criado aqui e que era transversal ao país. Aliás, nos anos 70, no pós-revolução, tinha-se calculado a carência habitacional em Portugal em perto de 600 mil fogos. Era um problema antigo, mas era um problema que tinha vindo a ser resolvido.

Era curioso, estávamos num município onde havia 20 anos que não havia a construção de um fogo de habitação para renda apoiada. O Partido Socialista tinha deixado essa obra feita. O Partido Socialista, utilizando o PER, o Plano de Erradicação de Barracas, tinha deixado obra feita, tinha deixado habitação para renda apoiada.

Portanto, toda essa retórica esquecia que as políticas de habitação que estavam a ser aplicadas tinham sido criadas antes da pandemia. As políticas de habitação conducentes à criação e à construção de habitação com renda acessível tinham sido criadas antes da pandemia. Aliás, tinha ali, à sua frente, uma notícia de janeiro de 2020 - portanto, ainda antes de termos, sequer, necessidade de confinamento em Portugal, na sequência do COVID-19 -, de 8 de janeiro de 2020, que indicava que a Câmara de Almada, só a Câmara de Almada, fora os outros municípios, tinha concorrido a fundos comunitários, juntamente com o IHRU, para a construção de 3 mil casas - construção de 3 mil casas, não era reabilitação, como o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha querido fazer crer, dizendo que os municípios, naquele momento, no país, não construíam -, 3 mil fogos, para colocar no mercado de arrendamento a preços acessíveis.



Portanto, toda a retórica conducente à ideia de que não havia estratégias de habitação a nível central anteriores à pandemia e que só com a bazuca europeia, só com o PRR é que havia fundos disponíveis e havia vontade política, era um profundo erro. Vivíamos num país em que, ao longo dos anos, muitas políticas de habitação tinham sido definidas pelo Estado central, umas mais corretas do que outras, numa concordariam mais e noutras menos. Tinha havido uma que, efetivamente, tinha criado uma certa injustiça intergeracional, que tinha sido o fim do financiamento com crédito bonificado, porque havia várias gerações que tinham podido adquirir os seus imóveis tendo um apoio público e havia gerações posteriores a essas que não o tinham podido fazer, e, portanto, tinha-se criado uma certa injustiça intergeracional, mas a verdade era que as políticas de habitação que, naquele momento, existiam e que tinham sido criadas nos últimos anos, permitiam aos municípios que sentiam e que percebiam a carência de habitação que existia nos seus territórios ter acesso a fundos, ter acesso a comparticipações públicas para a construção desses mesmos imóveis e para a colocação no mercado de habitação a preços acessíveis. Era uma opção de cada município fazê-lo ou não o fazer.

Aquilo que tinha dito na sua primeira intervenção tinha sido que era importante que todos os agentes políticos refletissem sobre a problemática da habitação e era importante que a estratégia local de habitação pudesse progredir e não ficar, apenas, centrada naquilo que era a reabilitação dos fogos que já existiam e daquilo que eram os fogos destinados a renda apoiada.

Tendo isso em consideração, era fundamental que houvesse, por parte dos agentes políticos - e a Câmara não poderia fugir a essa responsabilidade -, efetivamente, uma vontade e um esforço de querer contribuir para a solução e não, apenas, apontar o dedo e outros que resolvessem o problema.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que era só para dar uma nota muito breve sobre aquele tema. Havia pouco, tinha ouvido o Vereador Paulo Lopes a falar sobre as questões estatísticas. Em primeiro lugar, no que dizia respeito à questão estatística e aos dados socioeconómicos, compreendia que o Pordata era, efetivamente, uma referência para essas matérias, mas aquilo que eram os dados económicos de Setúbal, por via do INE e atualizados, nem àquela data os conheciam. Portanto, não sabiam quais eram os verdadeiros efeitos que estavam ali calculados, para poderem definir uma política de habitação para o futuro.

Também queira dar nota de dois aspetos que achava que era muito importante terem em consideração. Quando, havia pouco, se tinha falado em mobilidade, dava um exemplo simples: Se fossem falar em taxa de esforço, podiam falar, por exemplo, no passe social, que era uma medida que estavam sempre a disputar quem era o pai e a mãe. Sabia que ela era, mais ou menos, aceitável por toda a gente e, portanto, sabia que não iam colocar esse exemplo em causa. Quando precisávamos do passe social a 40 euros, podiam dar como exemplo o passe social a 40 euros na Área Metropolitana de Lisboa, onde Setúbal estava inserida, onde o Município de Setúbal comparticipava, depois, se fosse preciso, podiam ir a Beja e ver quanto é que uma pessoa, em média, gastava para ir trabalhar. E, se calhar, em alguns casos, até podiam verificar que, mesmo que a maior parte da população não gastasse muito, aquela que tinha que se deslocar, que não pudesse ser por via pedonal, tinha um custo muito superior.

Podiam calcular taxas de esforço sobre diferentes aspetos, mas calculá-la só rendimento “versus” habitação nunca era correto, tinha que se contabilizar um conjunto de fatores. Achava que não era correto, por uma questão simples, porque, se iam falar de apoiar - e já iria à parte onde achava que o Vereador Joel ia concordar, mas tinham que entender aquela matéria -, se iam estipular uma medida de apoio público, tinham que ver que outras medidas de apoio público é que existiam, até por via da comparação com outro país. Se tinham medidas de apoio público à mobilidade que eram mais fortes na Área Metropolitana de Lisboa e em Setúbal, isso, necessariamente, diminuía a taxa de esforço, quer se quisesse quer não, porque o passe era local e era da Área Metropolitana. Isso era evidente, não havia dúvidas

4

quanto a isso, porque tudo aquilo que contribuía para o esforço do rendimento tinha que ser contabilizado, a não ser que fizessem *“à socialista”*, que era: *“Isto é o que conta, o resto é o que não conta.”* Já tinham visto qual era o resultado disso nos últimos anos.

Havia uma matéria da qual discordava, em termos da linha governativa que tinha vindo a ser seguida, no que dizia respeito à habitação. Na última legislatura tinha-se lançado, com grande efeito e com grande estrondo mediático, a Lei de Bases da Habitação e a verdade é que não tinha sido devido à pandemia COVID-19 que a habitação tinha piorado. Aliás, diria que, se calhar, devido à pandemia COVID-19, os preços de habitação até poderiam tornar-se, eventualmente, mais reduzidos, o que havia era a combater o rendimento. Agora, de uma forma ou de outra, havia um aspeto que era fundamental, que era, independentemente daquilo que contribuía para o esforço, ou não, do rendimento disponível de cada família, não podiam, apenas, comparar a habitação. Ela era fundamental, mas não podiam só comparar a habitação: Habitação, refeições escolares, mobilidade... Não havia nenhum estudo que, a nível desse aspeto, que não contabilizasse os apoios públicos que eram dados que não fosse justo. Era uma questão de opção. Podiam ser, até, mais liberais e dizer: *“Não apoiamos nada, cada um mexe com o seu rendimento disponível.”* Não era tão liberal, achava que devia haver apoios e que devia haver, até, apoios na habitação pública e que ela até devia ser descentralizada nos municípios.

No que dizia respeito ao Município de Setúbal, também seria justo - e seria, até, interessante, esclarecer, para o debate daquilo que era o nosso problema de habitação - perceber se a habitação tinha vindo a ser alienada, ou não, e a procura que existia a nível de lista de espera do Município de Setúbal. Até podiam dizer que alienar a habitação era uma decisão que se fazia porque as famílias ganhavam o direito à habitação, mas isso era uma opção que o executivo podia tomar e podia achar que era correta. Agora, ao nível da análise dos dados em si, esses dados eram relevantes, porque, equacionar alienar, ou não, habitação tinha que estar articulada com a oferta e com a procura, independentemente de se considerar que devia ser criada mais habitação e que ela viesse do Governo ou que o Governo descentralizasse no Município de Setúbal ou que viesse por via de fundos comunitários. A verdade é que não se conseguia ter um debate também esclarecedor sobre essa matéria e seria interessante se pudessem disponibilizar esses dados, sobre o aumento ou a diminuição. Sabiam, naquele caso, que, naturalmente, seria diminuição daquilo que era o total de imóveis que o Município de Setúbal tinha, a diminuição que se tinha verificado e a procura que se tinha registado. Isso eram valores que seriam interessantes, até, para, naturalmente, depois, cada um elaborar as suas respostas e as suas opiniões sobre essa matéria. Sem esses dados também não era possível definir uma solução e propor uma solução. Era tão simples como isso. Nem se sabia, nesse aspeto, junto da Câmara, qual era a dimensão do problema.

Se, por exemplo, fossem à Câmara Municipal de Almada - como, por exemplo, tinha referido o Vereador Joel - e, de repente, verificassem que a lista de espera seria muito maior no Município de Almada e muito menor no Município de Setúbal, isso significaria que, afinal, Almada tinha um problema muito maior para resolver? Não sabiam qual era a procura que existia, a nível da habitação social, nas camadas mais baixas e na classe média. Portanto, não se podia analisar esse problema de habitação que existia só dessa maneira. Achava que era bom senso, tão simples quanto isso. Mas, para tomar decisões, clarificar era fundamental. Fazia esse desafio, para que pudessem ter esses dados, se possível, porque isso seria sempre benéfico para qualquer discussão ou decisão futura.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que iria ser curto e que esperava que não fosse bruto, porque, para poderem falar sobre as políticas de habitação do país - de que o Vereador Rabaçal já tinha falado e falaria mais de certeza e com mais propriedade do que ele -, pelo menos para que não se dissessem ali alguns disparates, como falar que uma política de juro bonificado era uma política de apoio à habitação e não uma política de financiamento da banca, como estava demonstrado e provado no nosso país, tinha-se ido buscar um suposto estudo - pedia imensa desculpa se ia chocar algumas pessoas, mas era um suposto estudo -, que valia a pena as pessoas lerem bem e tentarem perceber que estudo era esse antes de

abrirem a boca e referirem esse estudo. Mais, achava que era vergonhoso que jornais económicos escondessem ou produzissem artigos, supostamente artigos jornalísticos, que eram publicidade a “sites” imobiliários. Não era outra coisa, ao menos que pusessem lá a dizer “publicidade paga.”

la dizer o que era esse estudo do Idealista, porque era preciso ser sério. O estudo do Idealista cruzava os preços do arrendamento de março de 2021 e as estimativas de rendimento líquido familiares do mesmo período de tempo. Gostava que lhe indicassem uma estatística do país que desse o rendimento disponível das famílias no mesmo período em 2020. Não era em 2021, era em 2020. Portanto, gostaria de saber qual era o rendimento disponível das famílias desse conjunto de cidades em março de 2021 e qual é que era o estudo, qual é que era a entidade estatística que o definia. Essa era a primeira questão. Percebia que, quando havia um partido que comparava variações de pontos percentuais com variações percentuais e que comparava variações de preços com variações de espaço, tudo isso fosse possível e, portanto, estavam a “borrifar-se” para tudo isso.

Esse estudo do Idealista baseava-se num suposto índice de preços do Idealista. Quais eram os índices de preços do arrendamento do Idealista? Já agora, ficava a saber que aquilo não era o valor dos contratos de arrendamento do mês que corria. Se queria falar de taxa de esforço de arrendamento falasse de taxa de esforço em qualquer uma dessas cidades. Não estava a desvalorizar o problema da habitação, porque esse, sim, era um problema sério. Essa taxa de esforço comparava o preço dos imóveis para arrendamento naquele período colocados no “site” do Idealista. Achava que isso dava uma credibilidade que era uma coisa extraordinária. Podiam perceber nos concelhos onde as casas que eram colocadas para arrendar a preços mais baixos utilizavam o Idealista, mas havia outros que não utilizavam o Idealista, utilizavam outros meios, utilizavam a associação de proprietários e por aí fora. Mas, então, a grande base científica para valorizar e para dar solidez a uma intervenção era a intenção dos proprietários que tinham colocado casas para arrendar naquele período que tinham publicitado no “site” Idealista. Portanto, isso era a referência, cruzado com um valor de um rendimento que ninguém conhecia, que não existia. Isso era a base para uma intervenção na Câmara Municipal de Setúbal. Tinha o Sr. Vereador Joel em melhor conta. Pedia imensa desculpa, mas tinha-o em melhor conta do que isso. Se queria levar para ali discussões sobre a política de habitação discutiriam a política de habitação. Por favor, não criasse uma caricatura sobre algo que era mais um daqueles índices e estudos que, em qualquer faculdade de economia, qualquer professor de economia punha um zero por cima, porque não tinha qualquer rigor científico. Ficava-se por ali.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha sempre alguma dificuldade em entrar naquelas discussões de comentadores políticos com alguma ignorância associada, alguma mentira e leviandade associada. Tinha alguma dificuldade e dizia isso por uma razão muito simples: O que tinha dito o Vereador Ricardo era transparente, tinha destruído a argumentação à volta dessa coisa. Não se ia situar nessa matéria, mas queria situar-se em três ou quatro coisas fundamentais.

A primeira era que a ONU tinha feito um estudo sobre o impacto da pandemia nas pessoas e tinha considerado que a questão da habitação era a questão central das pessoas, naquele momento, no mundo inteiro, e que a perda de habitação com o impacto da pandemia era a maior catástrofe, a seguir à própria pandemia, para além do desemprego, etc, mas a habitação era uma questão central.

Em Portugal, depois de 46 anos do 25 de Abril, o direito à habitação, que era um dos quatro direitos sociais da nossa Constituição: O direito à saúde, sobretudo público; o direito à educação, sobretudo público; o direito à segurança social, sobretudo público; o direito à habitação, 98 por cento privado. Portanto, esse é que era o problema. Tinham sido décadas de PS e PSD a dirigir o país e a ignorar um direito fundamental que era um direito humano fundamental, nem sequer era um direito constitucional. Era um direito humano fundamental, além de um direito constitucional. Portanto, essa era uma questão essencial

A segunda questão era que achava interessantíssima a obra que o PS cá tinha deixado. A obra que o PS cá tinha deixado tinha sido a obra que o Primeiro-Ministro Cavaco Silva tinha decidido pagar. O Vereador Nuno Carvalho devia agradecer à rapaziada do PS, porque, de facto, tinha havido habitação para acabar com as barracas. Em Setúbal, até mais do que isso, porque havia cá terrenos do IHRU e tinha vindo gente do país inteiro para cá, gerando ainda mais acumulação de bolsas de pobreza, mas, o que era um facto era que quem tinha pago, no essencial - tinha pago 70 por cento disso -, tinha sido o Estado Português, com um Governo do PSD, de Cavaco Silva. Portanto, a Câmara tinha entrado com 30 por cento, como tinham entrado outras câmaras, com o acordo que tinha sido feito na altura, com os fundos comunitários, etc. Portanto, essa era a primeira questão.

A segunda questão - já agora, resolvia duas pequenas questões que tinham sido levantadas pelo Sr. Vereador Nuno Carvalho - era que tinham, naquele momento, um grupo de trabalho sobre a habitação na península de Setúbal, coordenado pela AMRS. Esse grupo de trabalho tinha decidido elaborar um estudo sobre a situação da habitação e perspetivas de desenvolvimento da habitação, necessidades, etc, por aí fora, na região, porque aquilo que ele tinha dito era verdadeiro e tinham concluído isso, também. Isso era verdadeiro, tinham concluído isso, também. Ele tinha chegado a uma conclusão a que também tinham chegado e, por isso, já estavam, no terreno, a trabalhar nisso.

Não era possível encarar a habitação em nenhum desses municípios da região sem olhar de uma forma integrada. Era isso que estavam a fazer. A conclusão que tinham tirado das reuniões deles tinha sido que em toda a região da península de Setúbal tinha bloqueado a oferta de habitação. Tinha uma bolsa da oferta para rendimentos baixos no Montijo e tinham mais noutro sítio, também, em Palmela, naquela freguesia maior de Palmela, em Pinhal Novo. Tirando isso, nem Sesimbra - Alcochete, então, nem pensar - nem Setúbal, não havia.

Portanto, tinham entendido que era necessário aprofundar isso, até porque vinham investimentos, todos os municípios estavam a candidatar-se e tinham entendido que deviam articular entre eles essas candidaturas e a resposta global às necessidades de habitação. Isso era só para dizer que havia os comentadores políticos da matéria e havia quem estivesse a trabalhar. Isso era essencial ser dito.

Um outro aspeto importante e que era exemplo dessa falta de resposta de habitação era que, para a Quinta da Parvoíce tinham uma solução, acordada com o IHRU - iam assinar um protocolo -, em que, através da Porta de Entrada, que permitia, durante 3 a 5 anos, alugar casas para aquelas pessoas, retirá-las de lá, demolir a Quinta da Parvoíce, e, depois, construir casas para as pessoas terem casa definitiva depois desse período de 3 a 5 anos de arrendamento. Tinha andado à procura e não tinham encontrado em Setúbal uma casa. Os valores eram acima da renda acessível e não encontravam na periferia de Setúbal. Estavam à procura para fora de Setúbal, do distrito de Setúbal, da região de Setúbal, de casas para essas pessoas. Era muito difícil encontrar. Portanto, essa é que era uma questão, era para se saber que dominavam, conheciam a situação e que estavam a trabalhar nela e já ia explicar mais uma coisa ou duas.

Um outro aspeto que achava que os senhores vereadores deviam reter era que a renda acessível não era acessível a ninguém que tivesse necessidade, não era acessível a quase ninguém. Em Lisboa tinham apontado para 2 mil fogos de renda acessível e tinham conseguido 200. Na Grande Lisboa, tinham conseguido 200 e estavam com muita dificuldade em ir para renda acessível. A renda acessível era demasiado alta e não era acessível à maioria dos portugueses que trabalhavam.

Aliás, os senhores vereadores deviam cruzar as preocupações deles com o estudo que tinha feito a Fundação Manuel dos Santos sobre a pobreza em Portugal, em que dizia que 30 por cento dos pobres em Portugal trabalhavam. Ia repetir devagarinho, porque os senhores vereadores estavam à conversa: 30 por cento dos pobres em Portugal trabalhavam e os pobres que trabalhavam, que eram 30 por cento dos portugueses, não tinham acesso à renda acessível. Ia repetir: Não tinham acesso à renda acessível. Isso queria dizer que, ou a renda acessível mudava radicalmente os seus critérios e baixava, ou, então, a resposta era a renda apoiada, para pessoas que ganhavam, um casal, mil euros cada um, era a renda apoiada,

não era a acessível. Portanto, era um problema sério que não era para ser tratado assim, levemente e com umas conversas de corredor.

Naquele momento, a proximidade das dificuldades das pessoas para as quais se falava da renda acessível era muito próxima da renda apoiada. O que iria acontecer seria que a renda acessível, como estava desenhada naquele momento, tinha que ser redesenhada, ia pôr a classe média alta com habitação, não respondia às pessoas que, realmente, necessitavam. Era só fazer contas. Aliás, em Lisboa tinham feito contas e tinham chegado a essa conclusão e tinham decidido, em Lisboa, criar uma renda acessível específica de Lisboa, que não tinha nada a ver com a renda acessível do Governo. Portanto, era só para perceberem o que é que ali estava montado.

Uma outra questão que queria colocar tinha que ver com o facto de, em 46 anos, finalmente, o Governo - este Governo - ir criar uma Estratégia Nacional para a Habitação, para, na sequência disso, produzir o Plano Nacional de Habitação que a Lei de Bases previa. Era o próprio PS - ao contrário do que os senhores vereadores diziam -, que dizia que, nesses 46 anos, não tinha havido política de habitação em Portugal. Era a avaliação que fazia o Partido Socialista e partia daí para a definição de uma política, porque tinham considerado - e bem - que a política de juros bonificados tinha sido uma jogada de financeirização da banca portuguesa. Aliás, os senhores que eram economistas - não sabia se o senhor vereador era economista -, iam estudar qual era a fonte da financeirização da economia portuguesa e era, numa percentagem brutal, a habitação. Tinha sido isso que tinha feito esses apoios, isso não era política de habitação. Portanto, era só para dizer que não tinha havido, de facto, política de habitação.

Só para concluir, lessem a nossa Estratégia Local de Habitação que lá estava a resposta a muitos problemas. Para que os senhores vereadores não viessem com a conversa "Ah, e a renda acessível?", que não se preocupassem, na Estratégia Local estavam previstos 4500 fogos de renda acessível e estavam previstos 800 fogos de renda apoiada. Não tinham lido, não sabiam, ignoravam, falavam de cor. Não valia a pena, estavam a perder tempo e estavam a fazer-lhes perder tempo a eles. Lessem, ao menos, o que lá estava. Lessem, ao menos, os documentos.

O nosso PRR já estava apresentado, eram 333 milhões de euros que tinham candidatado. Era a mais forte proposta de toda a região de Lisboa, a seguir à Amadora. Não sabia se lhes davam 10 milhões, 50 milhões, 100 milhões ou 70 milhões. Não fazia ideia, mas estavam lá as propostas fundamentadas para 333 milhões de euros de investimento em habitação em Setúbal. Portanto, era nisso que estavam a trabalhar havia meses, com o Governo, com a AML, etc, a fazer esse trabalho.

O Conselho Municipal de Habitação, que iria permitir aprofundar essas coisas, iria reunir no dia 4, pela primeira vez. Iam discutir a Estratégia Local, o PRR e as políticas de habitação. Iriam ter no Conselho Municipal de Habitação os promotores imobiliários, os construtores, os moradores, todos os agentes que intervinham nessa matéria, para aprofundarem as coisas com seriedade, com consistência, na procura de soluções futuras.

Portanto, era só para dizer que era muito complicado discutir, naquelas reuniões, assim, de uma forma, digamos, ligeira, um assunto tão duro, tão relevante e tão importante para as pessoas.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha que responder ao senhor vereador Carlos Rabaçal, quando ele dizia que ele era incompetente e mentiroso, porque se não passava mesmo por incompetente e mentiroso, quando achava que o grande incompetente tinha sido o senhor vereador, quando, um ano antes, de forma incompetente, tinha dito que a estratégia local de habitação era um documento que não servia para nada. O senhor tinha dito isso ali, só tinha feito aquilo porque tinha sido obrigado. O senhor vereador, quando se discutiu a estratégia local de habitação tinha dito: *"Isso serve para... Não vou dizer o resto, a imagem mental todos percebem"*, portanto, o senhor tinha vindo dizer isso e, agora, vinha dizer que tinha uma estratégia local de habitação brilhante e que ia conseguir fazer quatro mil e quinhentos fogos, trezentos e trinta milhões de investimento, com base na estratégia que o

4

senhor queria... fogos de renda acessível, mais oitocentos fogos de renda apoiada, quando o senhor tinha diabolizado, tinha dito mal do governo e da secretária de estado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que estava a voltar a mentir.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que não estava não. O senhor vereador tinha sido incorreto nas expressões e estava a explicar porque é que tinha sido incorreto.

Ponto n.º 1 - Estratégia Local de Habitação - Não tinha conhecido ninguém que tivesse diabolizado tanto esse documento, não o documento da câmara, mas a obrigação de fazer esse documento, como o senhor Vereador Carlos Rabaçal. Tinha sido a pessoa que mais tinha diabolizado e disse que tinha feito aquilo contra vontade, que aquilo não servia para nada. Afinal tinha vindo a servir, porque o governo tinha uma estratégia e porque tinha aproveitado o PRR, para depois implementar essa estratégia com uma alavancagem muito grande, afinal ia ser possível e, ainda bem que ia ser possível. Mas ficava preocupado, quando lhe dizia que Lisboa, só tinha conseguido duzentos agregados para renda acessível, isso queria dizer que Setúbal ia ter o quê? 80? 50? O senhor vereador ia fazer quatro mil e quinhentas casas para quem? Era outra contradição, não se percebia, por um lado criticava a renda acessível, mas por outro lado ia fazer quatro mil e quinhentas, estava contra o senhor vereador criticar a renda acessível, não estava contra a fazer. Desde o início de todo aquele processo o senhor vereador tinha sido sempre muito contra aquele programa, estava no seu direito, porque tinha uma visão política sobre o assunto, técnica não sabia se teria assim tão bem fundamentada, mas iam ver se conseguia implementar, desejava mesmo que sim.

Na década de 90, efetivamente aquele município tinha feito um esforço grande que ainda estavam a pagar do ponto de vista financeiro, muito possivelmente se a CDU, tivesse nessa altura no poder, não teria entrado naquele programa, porque os senhores achavam que pagar 30% era muito, não tinha percebido se isso tinha sido uma crítica à câmara, na altura, ter entrado e ter-se endividado, para fazer aquele tipo de investimento, mas fase àquilo que o senhor vereador tinha dito, pouco antes, que o IHRU financiava a 70%, que a câmara obrigava aos mesmos 30%, que, havia uns anos atrás, aquela Câmara de Setúbal, tinha assumido como um projeto estratégico, partia da ideia, que eventualmente, naquela altura, se a CDU estivesse no poder, nunca teria feito aquelas habitações.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o IHRU investia 30%.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que era mais, muito mais. Em relação à especulação imobiliária, havia pouco tinha-se falado daquilo que tinham sido os últimos anos e, do impacto do turismo, o impacto de Lisboa, que tinha trazido em toda a zona, obviamente todos sabiam isso, mas se pensasse em projetos que tinham causado especulação imobiliária, concretamente em Setúbal, ou que tinham contribuído para que esse aumento de preços tivesse subido de forma, sem ser sustentável, lembrava-se de um grande projeto que tinha sido anunciado com muita "pompa e circunstância" em 2016, que em 2017 já iria haver obra e, que tinha contribuído efetivamente para uma grande especulação, que tinha sido o de uma grande marina e de um grande projeto imobiliário que iria surgir em Setúbal, que tinha contribuído efetivamente para uma grande subida de preços, porque as pessoas queriam morar, adquirir casas e terrenos para construir, etc., junto de um investimento daqueles e, esse projeto tinha acabado por não ter a mínima viabilidade e ter caído completamente. Não se recordava nos últimos 20 ou 30 anos de nenhum projeto que tivesse causado maior especulação imobiliária em Setúbal do que aquele. E tinha sido um *flop* tremendo que acabou por ter como implicação direta um aumento de preços, que depois obviamente revertia-se no preço final da venda ou arrendamento de casas.

Sr. Vice-Presidente – Disse que se sentia um bocado culpado, tinha ido à procura, tinha ido perguntar por fontes, achava que precisavam de ir às fontes, porque era nas fontes que se matava a sede. E de facto, tinha lá ido ter à fonte o senhor Vereador Ricardo e, lendo o tal

site do Idealista percebiam que, se aquilo fosse uma agência imobiliária para níveis altos de arrendamento, casas de altos arrendamentos dava um resultado, se fosse para rendas baixas e habitações modestas o resultado seria completamente diferente. Estava escrito: *“os valores da renda de arrendamento vêm diretamente da fonte de dados do idealista, idealista agência imobiliária que possui preços médios para cada cidade”*. Isso colocava-os numa outra perspetiva, em relação àquela afirmação que tinha sido feita, contundente, de que Setúbal a seguir a Milão era o arrendamento mais caro. Que era caro eles sabiam, por falta de casas, e de políticas de habitação, sabiam isso. O senhor Vereador Paulo Lopes, em relação ao que tinha dito ao senhor Vereador Rabaçal, tinha muita razão, numa pequena parte, no essencial da questão o senhor não tinha razão nenhuma, porque se esquecia do essencial. O que o senhor Vereador Rabaçal tinha dito em relação à estratégia global de habitação e às políticas de habitação, antes de haver meios financeiros alocados, antes da bazuca, agora os senhores tinham a bazuca. Portanto, os senhores ficariam atrelados na geringonça, geringonça governo PS, com as autarquias, de fazerem cumprir o financiamento à habitação. O último PER tinha sido em 93. Em 93 tinha sido o governo de Cavaco Silva, era o Mário Soares Presidente da República, “daí até cá”, eram 5 ou 6 anos depois de terem entrado na CEE, estavam no grosso, na avalanche dos fundos. Presentemente tinham uma avalanche de fundos por via desgraçada da pandemia, por aquele azar, mas era uma oportunidade. Era bom entender que o PRR também não estava intencionalmente no início da formação do PRR, nas intenções do governo, tinha sido em debates na Área Metropolitana de Lisboa, que se tinha conseguido, com uma boa parte de intervenção daquele município, eles tinham empurrado, para que se assumisse o financiamento da construção, porque não havia políticas de habitação financiadas pelo estado havia décadas.

Aquilo que o senhor Vereador Rabaçal tinha dito, que era verdade em relação a resultados das políticas de habitação, agora o quadro estava a mudar com o financiamento, mas ainda não tinha mudado, só na concretização é que mudava, e nessa concretização era o governo que estava atrelado àquela geringonça. Essa geringonça era concretizar o financiamento da habitação, finalmente com medidas que levassem o mercado da habitação a níveis de sustentabilidade: *“Nós não temos arrendamento, era um dos países da europa, ou do mundo, se calhar com uma menor taxa de arrendamentos, porquê? Porque era preciso recorrer ao financiamento bancário para a compra”*. O negócio bancário é que era o negócio que ia gerindo o mercado da habitação. Havia falta de oferta e, essa falta de oferta é que determinava a alta de rendas, não era aquilo que tinha sido sugerido inicialmente a fraqueza do rendimento das famílias. Curiosamente, também tinham ali um método muito particular, pelo método de cálculo, o rendimento das famílias que era próprio daquela imobiliário, eles calculavam aquela brincadeira com modelos de satélite e, o número de quartos que estavam nas habitações por cada área, não era pelos dados, porque diziam, não existiam dados disponíveis sobre os rendimentos das famílias à data em que estavam a calcular aquilo: *“Vamos lá ver se estamos a falar de estatística ou se estamos a falar, de facto, de projeções de agentes imobiliários, eram coisas diferentes”*.

Se o problema existia, existia, e, nisso, estavam “atrelados”, mas quem estava “atrelado” era o Governo socialista, a todos os outros municípios, para refazer, finalmente, naquele momento, em que havia alguns meios financeiros para o fazer, uma política de habitação que tirasse a população dessa aflição que, de facto, era a carência muito significativa de habitação como um fator muito importante de empobrecimento e com o impacto como tinha sido referido, que a pandemia lhe tinha vindo acrescentar.

Portanto, se não tinha razão nenhuma de falar, se tivesse em conta que, quando as críticas tinham sido feitas, não havia dinheiro para dar resultados, naquele momento havia a perspetiva de se lhe aplicar dinheiro, mas faltava aplicá-lo. O trabalho deles estava feito, 333 milhões calculavam tudo o que seria necessário. O trabalho deles estava feito, a diferença era: *“Há dinheiro a aplicar ou não há dinheiro?”* - E isso era com o Governo.

Sra. Presidente – Disse que estava na altura dos nervosismos, de atirarem atoardas, porque não sabiam exatamente, não tinham onde se agarrar e, portanto, o desespero do Partido

Socialista estava à vista. Mas, ao mesmo tempo, ainda bem que colocava essas questões, que era para eles poderem responder, porque, às vezes, as pessoas *“comiam um bocadinho de queijo”* e esqueciam-se do passado. Estava a falar não só em relação ao Partido Socialista que comia, também, muito queijo, como em relação a algumas pessoas da população, que se esqueciam do que tinha sido o passado desta terra, do que o Partido Socialista aqui tinha feito, até noutras instituições, o passado muito recente - de dias, de meses - do que tinha feito numa grande instituição da nossa cidade, muito recentemente. As pessoas sabiam.

O Partido Socialista, de vez em quando, ia ali atirar uma atoarda. Estava na hora de ir dizendo essas coisas e, portanto, isso não podia ficar sem resposta. O Vereador Rabaçal já tinha explicado muito bem o que estava a acontecer com a Estratégia Local de Habitação. O que ele tinha dito no passado em relação à Estratégia Local de Habitação, não era exatamente aquilo que o Vereador Paulo Lopes tinha dito. Não era, ele tinha criticado o Governo como tinha que criticar na época, até porque o que estava em cima da mesa era uma grande baralhada que o próprio Governo, a própria secretária de estado... Se calhar, não era por acaso que ela, depois, tinha saído dessas funções. Era só para lembrar. Em relação à Porta de Entrada e ao 1.º Direito era uma grande confusão que, na altura, estava a acontecer: *“Quem é que paga? O que é não paga?”* Não havia a bazuca, queria lembrar isso. Havia a Porta de Entrada e, quando se estava a proceder a essa grande discussão, o vereador tinha dito - e bem -, que aquilo era uma grande trapalhada, que não estava a servir para nada e que a Porta de Entrada e o 1.º Direito, ao fim e ao cabo, feitas bem as contas, era para, praticamente, as câmaras municipais pagarem. Tinha sido isso que ele tinha dito.

As coisas tinham caminhado, a secretária de estado tinha ido para outras funções, que estava a desempenhar muito bem, e, portanto, muito mais concentradas numa área específica da estratégia local de habitação, que não estava a ser bem conduzida, que achava que, naquele momento, estava. Era totalmente diferente e, com esses fundos comunitários, que complementavam as propostas do Governo em relação ao 1.º Direito e em relação à Porta de Entrada, eram totalmente diferentes. Naquele momento, havia condições para dizerem que, do que era da nossa responsabilidade, cabia-nos 50 por cento, por exemplo, mas era colmatado com o tal PRR, que tinha sido discutido em sede da Área Metropolitana de Lisboa, que iria pagar aos municípios aquilo que era a sua participação, tornava as coisas totalmente diferentes. Naquele momento, o município não ficava *“apanhado”* com o pagamento de 50 e 70 por cento, dependendo das propostas. Portanto, era totalmente diferente.

Queria lembrar que dos tais PER da altura do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, o Município de Setúbal tinha pago, em alguns casos, 5 por cento e 10 por cento. Não tinha nada que ver com a proposta que o atual Governo, escandalosamente, tinha feito e assinava por baixo o que o vereador tinha dito na altura. Isso tinha levado uma grande volta, tinham vindo bazucas que ainda não tinham chegado cá. Era tudo *“ainda.”* Estavam todas a caminho, ainda não tinham chegado cá e tinham mudado, radicalmente, a postura e a predisposição dos municípios.

Relativamente ao de Setúbal, a nossa Estratégia Local de Habitação era extremamente completa. Tinha uma equipa de trabalho, composta por várias pessoas que tinham que ver com a Divisão de Habitação, com o Urbanismo, com as Obras Municipais e com a área da Inclusão Social. Todas essas áreas estavam com técnicos sentados a uma mesa, que tinham feito um trabalho notável e, da parte do Governo, por parte do senhor Ministro Pedro Nuno dos Santos, tinham tido um grande elogio, por parte da secretária de Estado tinham tido um grande elogio e, por parte da Ana Pinho, tinham tido um grande elogio, em relação à nossa Estratégia Local de Habitação. Tinha pés e cabeça e tocava todas as áreas de reabilitação, áreas de 1.º Direito, áreas da Porta de Entrada, áreas da renda acessível, da renda apoiada, áreas que tinham que ser reabilitadas para pessoas que tinham necessidade de alojamento temporário, como era o caso dos sem-abrigo ou de pessoas vítimas de violência doméstica. Tinha essas áreas todas, e, mais, tinha áreas que os senhores do PS se tinham esquecido que existiam, que eram os bairros da Monarquina, o Bairro Dias, etc., que estavam em zonas de grande degradação e que essas pessoas, se não fosse num projeto desses, nunca iriam sair daquelas casas em ruínas. Tinha isso tudo.

4

Era evidente que o senhor Vereador Joel, que não estava em permanência, vinha em substituição algumas vezes, não tinha conhecimento daquilo que tinha sido a nossa Estratégia Local de Habitação, porque não tinha estado em sede de discussão quando tinha sido apresentada na reunião da Câmara, e, provavelmente, não discutiriam, no Partido Socialista essas temáticas, porque se discutissem a sua intervenção não teria sido: *“Eu li um texto assim e assim”* - todos eles tinham tido conhecimento e tinham criticado esse texto. Tinham mandado para o sítio certo a crítica a esse texto -, e, portanto, não teria ido ali dizer que Setúbal estava comparada a Milão e que a seguir a Milão era Setúbal. Que imaginassem, estávamos muito bem cotados. Mesmo assim, estávamos muito bem cotados. Portanto, a grandiosidade de Milão, aquilo que as pessoas ganhavam comparado com aquilo que os portugueses ganhavam, o nível de vida, o número de habitantes, era tudo comparado a Milão. O disparate que ali tinha dito e, depois, ter feito a picadazinha: *“Pois, mas isto resolve-se! Há municípios que estão a fazer a Estratégia Local de Habitação e que estão, por essa via, a resolver”*, como se Setúbal não estivesse.

O senhor Vereador estava mal informado. O senhor Vereador estava ali sentado e, se calhar, não tinha estado, também, na discussão da Estratégia Local de Habitação. Se calhar, também não tinha estado, porque tinha dito que eles não estavam a fazer nada. Mais, além de estarem nos primeiros lugares dos grandes projetos locais de habitação, já tinham assinado com o Governo - o senhor Vereador Joel não sabia e, se calhar, o Vereador Paulo Lopes também não, mas era para os setubalenses saberem - um financiamento de 23 milhões de euros para a reabilitação dos nossos bairros sociais, no que dizia respeito à eficiência energética, ou seja, tinha que ver com as coberturas, etc. Tinham assinado 23 milhões de euros. Não sabiam, estavam ali mas era para deitar a ferroada, etc.. Era só o que estavam a fazer. Não tinham feito tudo bem, havia outras ferroadas que podiam dar, mas essa não, não tinha cabimento.

O Vereador Joel tinha dito que a forma de resolver era através do plano tal como alguns municípios faziam, mas tinha-se esquecido de dizer que o nosso PRR estava lá na Estratégia Local. Por isso, não tinham sequer lido a Estratégia Local de Habitação. Estava lá, era de 333 milhões de euros. Eram 4500 casas de renda acessível e 800 de renda apoiada. Era isso.

Estavam à espera. Na sexta-feira, tinha estado em reunião com o IHRU, para marcarem essa assinatura. O senhor Vereador tinha dúvidas? Tinha lido a nossa estratégia? Então, tinha que pedir à senhora Secretária de Estado que pusesse na sua agenda. Eles estavam à espera que ela pusesse na sua agenda, para fazer a assinatura de tudo isso.

Queria dizer-lhe outra coisa. Sabia porque é que tinha demorado mais uns diazinhos? Já estava ali havia alguns anitos e já estava a ficar com muito conhecimento do que cá se tinha passado. Sabia qual tinha sido o outro problema da nossa Estratégia Local? Então, ia explicar-lhe: Não existiam terrenos para fazer a construção de renda apoiada. Então, o IHRU tinha que aprovar que, em sede de contrapartidas da sua renda acessível, tinha que pagar à Câmara Municipal ou as taxas, ou, então, em contrapartida, tinha que ceder terrenos. Queríamos era terrenos. Sabia porque é que não tínhamos terrenos? O Partido Socialista tinha vendido todos os terrenos disponíveis para se fazer construção. Tinham-nos vendido os bons terrenos para habitação. Tinha sido lá em cima, onde se ia fazer, junto ao IHRU. Então, os terrenos do IHRU tinham tido que ser aprovados. Os terrenos tinham sido aprovados nessa reunião que tinham tido no IHRU, as contrapartidas para fazermos, senão não tínhamos terrenos. Tinham sido aprovados e estavam à espera que a senhora Secretária de Estado tivesse disponibilidade, na sua agenda, para assinarem esse protocolo, para se fazer a renda apoiada e a renda acessível.

Posto isso, esclarecido tudo isso, para poderem fazer, porque tinham estratégia e tinham documentos e estavam lá os números, o senhor Vereador Joel que não comparasse aquela verdade toda e aqueles papéis todos que eram claros e transparentes como a água, com a trapalhice que acontecia em Almada e a vergonha que acontecia em Almada. Tinha conhecimento do que estava a acontecer, da vergonha permanente que estava a acontecer. Ainda no dia anterior tinha havido afirmações de mentira da senhora Presidente, em relação ao PDM, que tinham sido esclarecidas naquele dia. Estavam nas redes sociais os

4

documentos que diziam que o Governo é que tinha suspendido o PDM em relação a algumas áreas.

Em relação àqueles 3 mil fogos, o senhor Vereador que fosse ver os documentos, fosse ver a verdade. Não dissesse aquilo que lhe ficava mal. Aquilo era uma mentira pegada, o que se passava ali, naquele município. Não era só... No dia anterior tinha estado com corporações de bombeiros, à noite, estando a fazer a sua campanha. Questionou se sabia o que era os bombeiros dizerem que tinham os doentes COVID nas ambulâncias e que tinham ido lá dar comida e os sacos terem sido colocados no chão, tinham sido os bombeiros a colocar carros para que a comida não estivesse no chão, e a Câmara Municipal tinha ido lá colocar uma tenda para a fotografia, para aparecer no filme da televisão, porque Lisboa também tinha, para aparecer no filme da televisão. Passados três dias tinham tirado a tenda que já chegava, a televisão já tinha passado e tinham tirado a tenda. Sabia o que era ouvir isso todos os dias das pessoas e das instituições?

Essa era uma grande mentira os 3 mil fogos que iriam ser feitos pela Câmara Municipal de Almada, uma grande mentira, para que ficasse registado em ata e a comunicação social ouvisse. Sabia quem estava a construir fogos? Era o IHRU. Era mentira, era igualzinha à *Innovation District*, a câmara nem fazia parte daquilo. A câmara nem tinha PDM para fazer aquilo. E dizia e apresentava porque a câmara ia só fazer figura de corpo presente, para apresentar uma coisa de que nem fazia parte. Era tal e qual como isso.

Estavam a apresentar a habitação social que iria ser feita pelo IHRU, como tinham visto nessa reunião com eles. Por caso, tinha calhado em conversa. Tinha estado a ver os prédios que o IHRU tinha aprovado num concurso que tinha havido com a Ordem dos Arquitetos. Portanto, esses, sim, seria o IHRU que iria promover e que iria fazer.

Em relação à renda apoiada, não sabia onde é que a câmara iria fazer. Não havia indicação nenhuma de onde é que a câmara iria fazer, nem quantos. Portanto, era mentira o que o senhor Vereador tinha acabado de dizer. Se calhar, tinha lido nalgum sítio que a Câmara Municipal de Almada iria fazer 3 mil. Mentira, pura e dura. Portanto, estar a fazer comparação entre Setúbal e Almada ficava mal ao senhor Vereador. Estar a provocar ficava-lhe mal, mas, depois tinha que ter a resposta à altura. Mas se quisesse mais respostas à altura em relação a Almada, era só descascar, porque tinha muita informação, como podia imaginar, senão não iria lá fazer nada.

Em relação à habitação, já que faziam a comparação com Almada, a maior vergonha era fazerem processos-crime em tempos de pandemia, para colocarem pessoas fora de casa. Não estava a falar da justiça tirar umas pessoas que estavam dentro das casas que tinham ocupado indevidamente. Havia de haver muitas pessoas na lista de espera e, também, com necessidades como essas pessoas tinham e, portanto, aquele não era o método para terem casas. As pessoas não podiam ocupar uma casa. Isso era uma coisa, agora, em tempos de pandemia, fazer processos-crime para colocar as pessoas na rua, achava que dizia tudo o que era aquele executivo municipal.

Estava dito. Não a picassem mais, porque sabia muito de lá, mas não estavam ali a fazer uma campanha eleitoral. O Sr. Vereador Joel é que lhe tinha dado uma boleiazinha. Tinha muitas reuniões, mas era para tratar da vida deles, da casa deles. O outro município era outro município. Portanto, se ia ali para lhe dar boleia, tinha que levar a boleia. Fizessem comparação com outros, existiam outros.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Leu a seguinte saudação a Afonso Costa, atleta do Clube Naval Setubalense, conforme documento arquivado em pasta anexo à presente ata, sob o registo n.º 8:

“Saudação

Afonso Costa – Atleta de Remo do Clube Naval Setubalense

No dia 08 de abril, na Cidade de Varese em Itália, realizaram-se provas de Remo, Regata com apuramento Olímpico, onde na modalidade Double-Scull e na categoria de Seniores

4

Ligeiros Masculinos, o atleta de Remo do Clube Naval Setubalense, Afonso Costa na posição de Voga, competiu com o seu colega de embarcação Pedro Fraga, em representação da Seleção Nacional de Remo, tendo alcançado um extraordinário segundo lugar e respetiva medalha de prata, com o tempo de 6:24.97.

Com este resultado, a dupla assegurou presença nos Jogos Olímpicos de Tóquio, facto inédito na história do Clube Naval Setubalense, na modalidade de Remo.

A Câmara Municipal de Setúbal, vem por este meio saudar os dois atletas, nomeadamente Afonso Costa, e todos os envolvidos (familiares, treinadores, e Federação de Remo), por este facto histórico na vida do atleta e do clube.

A Câmara Municipal de Setúbal, saúda o Clube Naval Setubalense, que ao longo de mais de um século de existência, continua a dinamizar o desporto e as atividades náuticas, e a levar o nome de Setúbal e Portugal, além-fronteiras."

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se associavam à saudação e davam as boas-vindas ao PS, por se ter associado àquilo que, no dia 9 de abril, tinham feito publicamente ao Clube Naval Setubalense e que tinham comunicado formalmente ao clube. Estava nas páginas do Facebook da Câmara Municipal e no "site" da Câmara Municipal de Setúbal. Afonso Costa tinha sido altamente reconhecido pela Câmara Municipal. Como sabiam, tinha sido Embaixador da Cidade de Setúbal e, na última Gala do Desporto presencial, em 2019, tinha sido Atleta do Ano, como tinha sido decidido pela autarquia.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, naturalmente, se associava à saudação apresentada e, também, às iniciativas que o senhor Vereador Pedro Pina tinha anunciado, como era evidente, eram de saudar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a seguinte moção sobre o 25 de Abril, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

*"Moção 25 de abril
Saudação
47.º Aniversário do 25 de Abril*

Assinalar o 25 abril é celebrar as suas inalienáveis conquistas como o Poder Local Democrático que, hoje mais do nunca, neste contexto pandémico, desempenha um papel insubstituível no auxílio mais próximo e direto às nossas populações. Saudamos, de forma especial, todos os autarcas e, de forma particular, os que no Concelho de Setúbal, na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, bem como nas Freguesias no exercício democrático, enquanto poder ou enquanto oposição, contribuem para melhorar a resposta a esta pandemia. O contributo de todos enriquece a resposta e é a garantia de que a Democracia de Abril está bem viva e ao serviço do povo.

Assinalar o 25 abril é celebrar o Serviço Nacional de Saúde como uma inabalável conquista coletiva do nosso país e o indispensável garante de que a saúde não é um privilégio de alguns, mas um direito de todos. Saudamos os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, auxiliares, técnicos, administrativos, voluntários, entre tantos outros. O serviço prestado, a entrega e a dedicação incomensuráveis destes profissionais que agora saudamos são a garantia que a Democracia de Abril respira saúde.

Assinalar o 25 abril é também celebrar a Escola Pública. Saudamos todo o pessoal docente, pessoal não docente, direções de escolas e de agrupamentos, pais e encarregados de educação que se reinventam diariamente para garantir o ensino universal, ainda que à distância e adaptado ao mundo digital, contribuindo para que nenhum aluno fique para trás no seu percurso escolar, garantindo que a educação continua a ser uma ferramenta decisiva no futuro de cada um.

Assinalar o 25 abril é celebrar o Estado Social, com a robustez e a capacidade necessária para auxiliar todos, sobretudo os mais vulneráveis. Saudamos todos os trabalhadores que,

4

neste contexto de pandemia, continuam a exercer presencialmente as suas profissões para garantir o funcionamento essencial da nossa economia, para garantir a nossa proteção civil e segurança, em especial no nosso Concelho de Setúbal. Saudamos os trabalhadores da área social que diariamente continuam a multiplicar a solidariedade aos mais vulneráveis e a combater as desigualdades sociais.

Não esqueçamos, também, todos os que perderam o seu emprego ou viram reduzidos os seus rendimentos e vivem hoje com incerteza do seu futuro. A estes, é preciso garantir o compromisso de que o apoio e a solidariedade do Estado Social, que construímos com a Democracia de Abril, valeu e vale a pena e que tudo fará para que ninguém seja votado à indiferença nem deixado só.

Assinalar o 25 abril é celebrar a Liberdade. Saudamos, por isso, as gerações que antes da Revolução dos Cravos lutaram pela nossa liberdade coletiva, para que as gerações de abril pudessem nascer e crescer em liberdade. Este é o tempo de cuidarmos especialmente daqueles que sempre tudo nos deram e retribuir-lhes tudo o que fizeram por nós e pelo nosso futuro. E mesmo que o futuro nos pareça agora incerto e se antevejam dificuldades, não baixemos os braços. Tenhamos bem presente a necessidade de se continuar a fazer cumprir abril, na luta pela emancipação das novas e futuras gerações, por um futuro com direitos e com oportunidades para todos os jovens no acesso à educação, à habitação, ao emprego digno, por um futuro onde os seus sonhos possam continuar sempre a ser sonhados e possam continuar sempre a tornar-se realidade.

Saudemos o 25 de Abril, conscientes das dificuldades e limitações a que as circunstâncias pandémicas que vivemos nos obrigam, mas sem recear a dificuldade do desafio, antes agigantando-nos na resistência e na luta, com a mesma coragem, convicção e determinação com que há 47 anos os protagonistas de Abril nos abriram as portas à Liberdade e a um futuro inteiro.

Hoje e sempre, viva o 25 de Abril!!!"

Sra. Presidente – Leu a seguinte moção sobre o 25 de Abril, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o n.º 10:

*"Moção
25 de Abril*

Por que comemoramos Abril, passados já 47 anos da revolução que, também com cravos, abriu as portas da liberdade a um país escuro, fechado, oprimido?

Um país pequenino e governado por pequeninos de mente e alma que nos mantiveram na escuridão, fechados, oprimidos por quase meio século?

Ô país pequenino em que a grandiosidade proclamada de feitos passados não tinha correspondência com o presente da vida triste das pessoas, condenadas a viverem pobres, mas orgulhosas e remediadas. Condenadas a não terem aspirações num país governado por distantes doutores, mas em que ser doutor era quase um milagre para quem não fosse bem nascido, como se dizia naqueles tempos.

Este era o país em que era proibido pensar.

Em que era proibido ler textos que não se conformassem com o que os doutores governantes decretavam ser o que se podia saber. Em que não se podia ver filmes subversivos, e muito menos ocupar os teatros com autores proibidos.

Este era o país em que era proibido pensar e dizer o que se pensava.

O país de pobres transformados em bufos escondidos ao virar de cada esquina.

O país do medo, em que a participação democrática era somente uma má peça de teatro, com atores que nem sequer estavam interessados em disfarçar que não sabiam representar.

O país das Mocidades e das Legiões que emulavam soldados de impérios há muito derrubados.

Era o país pequenino em que se ia combater e morrer longe numa guerra para nos apropriarmos do que, afinal, nunca tinha sido nosso.

Nem poderia ser.

Por que comemoramos então Abril?

A resposta é fácil para quem tem hoje mais de cinquenta anos. Fácil porque conheceram aquele país escuro, fechado e oprimido. Porque conheceram ou apenas pressentiram nas vivências familiares aquela pequenez que os queria condenar à vida remediada e ao pensamento tutelado.

Hoje, a nossa dificuldade coletiva é mostrar aos que não conheceram aquele país que, por muito seguras que consideremos as nossas conquistas, é sempre possível regredir. A nossa dificuldade é mostrar aos que sempre viveram em liberdade e em democracia que é precisamente a subversão dos valores dessa liberdade e democracia que podem permitir que voltemos atrás.

É essa inversão de valores justos que vemos hoje com enorme intensidade nos ataques às instituições democráticas, à demonização dos agentes políticos, à extensão de comportamentos ilegais de uns poucos a todos os que aceitam fazer do serviço público a sua vida.

Em Abril de há 47 anos começámos a lutar para ter um país que, mesmo pequeno em dimensão, pudesse ser grande na defesa da liberdade, dos direitos sociais e humanos.

Um país em que se construísse uma liberdade a sério com paz, pão, saúde e habitação.

Sabemos bem que não alcançámos esse desígnio.

Sabemos bem que há ainda muito caminho para andar, aquele caminho que ouvimos nos passos ritmados com que José Afonso inicia a Grândola Vila Morena que pôs a revolução em movimento.

Aqueles passos firmes, decididos, imparáveis e que decidem o rumo da história.

Por isso não paramos de dizer, aqui e em todo o lado, Abril Sempre!

Esta é a verdadeira razão que nos leva a comemorar sempre o 25 de Abril.

Porque a história não acabou, está apenas a começar.

Viva o 25 de Abril!"

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se associava às duas moções.

Sr. Vice-Presidente – Leu a seguinte moção sobre o 1.º de Maio, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

*"Moção
1.º de Maio*

O 1.º de Maio de 2021 é comemorado num momento particularmente difícil, à escala global, para todos os trabalhadores, em particular para os que viram colocados em causa os seus direitos e rendimentos pelas consequências da pandemia.

O COVID19 evidenciou, num nível inédito no nosso tempo de vida, a absoluta necessidade da existência e fortalecimento de Estados capacitados para dar as indispensáveis respostas sociais a todos e a todas que perderam o seu emprego ou sofreram reduções salariais consideráveis e viram os seus direitos postos em causa.

Em Portugal, assistimos à criação de várias respostas, ainda que se deva e seja possível ir mais longe em matéria de defesa do emprego, dos salários e daqueles que foram forçados a adotar o regime de teletrabalho.

Comemorar o 1.º de Maio no presente contexto assume, por isso, ainda maior significado, recuperando, sempre, a memória dos que, em 1891, morreram em Chicago na luta por uma vida mais digna e por direitos que hoje fazem parte do património da humanidade, mesmo que continue a haver quem os queira anular sempre em função da apropriação de mais lucros.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda, por ocasião do Dia Mundial do Trabalhador, todos os trabalhadores e trabalhadoras que, por todo o mundo, lutam unidos por uma vida melhor, com mais direitos, dignidade e felicidade.

Sr. Vereador Joel Marques – Leu a seguinte moção sobre o 1.º de Maio, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

*“Moção
1.º de Maio
Pela recuperação de Portugal e valorização do trabalho pós pandemia*

Desde 1891, no congresso operário internacional em França, que, anualmente por todo o mundo, se presta homenagem aos trabalhadores de Chicago que, três anos antes, morriam nas ruas de Chicago em luta pelo trabalho digno. Importa referi-lo porque o simbolismo dos eventos que desde então se organizam pelo mundo fora, têm sempre o mesmo propósito, lutar pelo trabalho digno.

Foram os factos históricos que transformaram o 1.º de Maio no Dia do Trabalhador, como também histórico e atípico, foi o último ano vivido em Pandemia o qual deu origem a uma crise económica e social sem precedentes.

Em Portugal, a crise sanitária veio interromper um período de crescimento económico e social que recuperava Portugal e os portugueses da anterior crise financeira. No final de 2019 havia já 25 trimestres consecutivos de crescimento do PIB. O emprego aumentou sempre desde 2013 lado a lado com o crescimento da economia. A taxa de desemprego atingia o valor mais baixo desde 2002 (6,5%) e os salários reais tinham crescido 2,7% em 2018 e 2% em 2019.

Os efeitos diretos e indiretos do Covid-19 na economia e no mercado de trabalho possibilitam a identificação dos trabalhadores e das trabalhadoras em maior risco. A exposição ao desemprego é maior nas mulheres; nos trabalhadores com baixas qualificações; nos jovens e nos precários. Tendo consequências dramáticas para muitos portugueses e muitas portuguesas que perderam o emprego, o impacto da crise sanitária só não foi maior porque o diálogo social e o compromisso entre os parceiros sociais permitiram respostas como o layoff simplificado.

A pandemia fez-nos recuar no tempo. Aumentou a desigualdade; muitos trabalhadores regressaram ao desemprego e as dificuldades financeiras das famílias cresceu com a diminuição de rendimentos.

Assim, o 1.º de Maio de 2021, não só deve alertar para a reposição do caminho que era traçado antes da Pandemia, mas também marcar uma agenda progressista para o mercado de trabalho tendo em conta as profissões e os profissionais do futuro. Ao mesmo tempo, o Dia do Trabalhador, deve honrar as memórias daqueles que tombaram para que a nossa geração pudesse viver de forma condigna.

No futuro próximo a prioridade deverá ser a criação líquida de emprego na tentativa de repor os empregos levados pela crise sanitária. Em simultâneo, a preocupação deverá ser não deixar ninguém para trás, principalmente a franja mais vulnerável da sociedade e que mais sofreram e sofrem com a crise atual.

O 1.º de Maio é um dia de comemoração e homenagem, mas também de reflexão sobre novos desafios para o mundo do trabalho. A nova economia, o trabalho á distancia, o papel da contratação coletiva; a digitalização dos serviços e as plataformas digitais são realidades às quais o mercado laboral e o poder político não podem fugir.

A conciliação da vida profissional e familiar; o direito a desligar; a qualificação profissional; a sustentabilidade ambiental; a expectativa de carreira e o salário digno são questões às quais se deve dar respostas em compromisso e diálogo social tripartido na construção de consensos.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se associava às duas moções.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Jorge Coelho, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

"Voto de Pesar"

Jorge Coelho faleceu no passado dia 07 de abril aos 66 anos.

A sua atividade política e profissional foi extensa, diversificada e sobretudo empenhada, deixa-nos um legado político de diversidade e de dedicação inigualáveis, tendo atingido inclusivamente a alta dignidade de Conselheiro de Estado.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto superior de Ciências Económicas e Financeiras na Universidade Técnica de Lisboa, nasceu a 17 de julho de 1954 em Contenças, no concelho de Mangualde, distrito de Viseu.

Jorge Coelho filiou-se, no Partido Socialista em 1982, onde desempenhou diversas funções.

Histórico socialista, soube de forma singular traduzir na sua atuação a proximidade ao cidadão comum, cujos anseios e emoções soube interpretar como poucos governantes o conseguiram.

Em 1983 foi chefe de gabinete do secretário de Estado dos transportes do IX Governo Constitucional. Foi secretário adjunto para a Educação e Administração Pública do governo de Macau. Em 1985, no governo liderado por António Guterres assumiu o cargo de Ministro-Adjunto e em 1997 Ministro da Administração Interna.

Em 1999 tomou posse com o ministro da Presidência e do equipamento Social e, em 2000 passou a ministro de Estado e do Equipamento Social.

Na sequência da queda da ponte de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva, a 4 de março de 2001, pediu a demissão do governo assumindo a responsabilidade política no imediato com a frase "A culpa não pode morrer solteira".

Foi deputado na V, VI, VII, VIII, IX e X Legislaturas. Foi Presidente da Comissão do Poder Local. Ordenamento do Território e Ambiente e Conselheiro de Estado.

Jorge Coelho foi também autarca em setúbal, tendo encabeçado a lista à Assembleia Municipal pelo Partido Socialista em 2001.

Em novembro de 2006, Jorge Coelho renunciou ao mandato de deputado e abandonou todos os cargos partidários para se dedicar à docência, à consultoria, à atividade empresarial e ao comentário político. Foi presença constante no programa "Quadratura do Círculo" da SIC e mais tarde no programa "Circulatura do Quadrado" da TVI. Também enquanto comentador político fazia valer as suas ideias com convicção e determinação, mas sempre com respeito pelos outros e pelas suas ideias. Jorge Coelho cultivava a amizade e privilegiava o debate ideológico salutar.

Em 2008 renúncia ao cargo de Conselheiro de Estado para aceitar ser CEO do grupo Mota-Engil.

Em 2016 fundou a Queijaria Vale da Estrela situada em Mangualde, onde se produz o queijo Serra da Estrela.

Jorge Coelho, ficará para sempre na nossa memória como alguém que materializou os valores socialistas e da dedicação à causa política e pública.

À família enlutada e ao Partido Socialista a Câmara Municipal de Setúbal endereça as mais sentidas condolências."

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinham feito questão que aquele voto de pesar, como tinham combinado, fosse apresentado por todos.

Sra. Presidente – Disse que aquele era um voto de pesar de todos. Já tinham prestado, ali, um minuto de silêncio, e, se quisessem, prestariam mais um. Era um voto de pesar a que se tinham associado todos e tinham pedido ao Partido Socialista para escrever, para ficar registado em ata. Estava cumprida a missão.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata de reunião ordinária da Câmara de 07 de abril de 2021

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

2. Deliberação n.º 111/21 – Proposta n.º 20/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público para a concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 a 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 112/21 – Proposta n.º 21/2021 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Inscrição de saldo não consignado 2020

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente pôs a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD,

4. Deliberação n.º 113/21 – Proposta n.º 17/2021 – DURB/DIMOT – Suspensão dos serviços de estacionamento tarifado na cidade de setúbal – Ratificação (Novo Estado de Emergência)

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 19 e 20.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que era só uma questão muito simples. Ainda que não fosse diretamente sobre a proposta, estava, claramente, associada à mesma.

Tanto quanto tinha percebido, o estacionamento tarifado tinha voltado a ser cobrado, portanto, tinha voltado à regularidade, aliás, não tinha acontecido só em Setúbal, também tinha acontecido noutros municípios.

Questionou se, eventualmente, tinha havido alguma informação à população sobre essa normalidade da cobrança, considerando que tinha havido um longo período de tempo em que isso não tinha acontecido. Era só mesmo essa questão.

Sra. Presidente – Disse que achava que tinha sido dada informação. Pelo menos, tinha pedido aos serviços. Estava, ali, a Engenheira Fátima Nogueira a dizer que tinha sido dada informação. Tinha sido dada informação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, indo de encontro àquilo que o Vereador Nuno Carvalho tinha dito, naquele dia tinha estacionado na baixa, durante a manhã, e tinha visto muitos papelinhos com multas nos pára-brisas dos carros. As pessoas não tinham tido conhecimento. Se calhar, podia ter sido dado um conhecimento público mais alargado.

Sra. Presidente – Disse que já era dia 21 e tinha sido a partir de dia 5, tinha sido no começo do primeiro desconfinamento.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que isenção tinha sido a partir de 5 e a 19 tinha acabado. As pessoas ainda não tinham conhecimento. Por acaso, tinha assistido, naquele dia, a muitas multas serem colocadas.

Sra. Presidente – Disse que, se assim era, depois veriam isso, porque as pessoas, normalmente, iam ter com eles. Não seria por aí, fariam com a empresa para mais dois ou três dias de dilação. Normalmente, as pessoas iam ter com eles e, quando diziam que não sabiam, eles faziam a ponte com a empresa, para fazer a isenção.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 114/21 – Proposta n.º 07/2021 – DOM – Empreitada “Unidade de Saúde Familiar de Azeitão” - Consulta Prévia 36/20/DOM – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 23.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que eram só duas questões, muito breves. O procedimento de consulta pública que ali estava indicava que tinham existido duas empresas que tinham sido consultadas e só uma é que tinha acabado por se tornar elegível para ser classificada.

Era para perguntar - porque era uma obra que tinha alguma dimensão, como era evidente - o que é que tinha acontecido para que a outra empresa não tivesse sido consultada, e, naturalmente, se ainda acontecia aquilo que acontecia, que era as empresas terem ou manifestarem interesse, ou, porventura, em função do prazo em que o procedimento tinha sido lançado, na altura, ainda o mercado também não estava tão em baixo - ainda não estava em baixo -, mas, enfim que tinha acontecido, de facto, para que pudéssemos ter apenas uma empresa para ser consultada.

Também tinha curiosidade relativamente ao valor que estava previsto. Confessava que ficava um pouco confuso entre os diferentes documentos em que ia navegando naquele protocolo com a ARS. Sabia que aquele não era o protocolo, mas, enfim, derivava do protocolo da ARS. Queria saber se os podiam informar, daquele valor que ali estava, qual era o valor de comparticipação do Governo e da Câmara ou se correspondia tudo ao Governo, se era integral, ou não, porque, no protocolo, os valores também estavam repartidos e aqueles processos levavam algum tempo. Na altura, quando tinha sido falado, havia essa questão dos arruamentos. Enfim, havia uma série de coisas que podiam, ou não, estar inseridas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, depois, podia passar a palavra ao senhor Vereador Ricardo, mas, de qualquer maneira, a razão por que não tinha sido apurada a Cimave – Construtora e Imobiliária de Aveiro, Lda., estava descrita no relatório: Não tinha apresentado os documentos adequados, tinha um preço mais elevado, etc. Portanto, não tinha condições de se manter.



A razão por que tinham sido duas consultadas era porque aquele concurso tinha ficado deserto e, no quadro do Código da Contratação Pública, era possível, nessa situação, fazer convite a empresas, porque, em condições, seria um concurso público e tinha sido um concurso público que tinha ficado deserto. Portanto, tendo em conta a necessidade de, rapidamente, fazer essa obra, a necessidade de cumprir prazos, etc. Tudo isso tinha que ver com o financiamento e com a oportunidade de construir esse centro de saúde, que era, absolutamente, essencial. Então, tinham optado não por abrir um novo concurso público mas por essa solução, que o código permitia, de convidar duas empresas. Uma delas tinha sido apurada e a outra não. Estava ali claro. Portanto, era um processo “clean.”

Em relação aos valores, de facto os valores calculados pela ARS eram valores baixos, em relação ao valor real. Iam assumir esse valor e, depois, negociariam com a ARS o reforço da contribuição. Portanto, tinha sido assim que tinham decidido, senão nunca mais saía do sítio, visto que ARS não tinha condições de alterar o protocolo que tinha sido estabelecido, teria que alterar o protocolo para o país inteiro, teria que alterar os valores de referência para o país inteiro. Eles estavam disponíveis para, na sequência e com o andamento do processo, poderem rever os custos ou os valores de referência que tinham utilizado para calcular o valor global da obra. Portanto, era um risco.

Estavam a confiar que o Governo iria cumprir o que tinham combinado. Iriam, depois, mais tarde, ver isso. Se não, iriam seguramente investir ali umas 3 a 4 centenas de milhares de euros, que não deveriam investir, tendo em conta que não se percebia. Acontecia sempre, em todos protocolos que tinham com a Administração Pública Central. Acontecia sempre isso, os valores de referência eram ridículos e, depois, das duas uma, ou assumiam ou não- sei-quê e andavam nessa discussão em permanência. Mesmo no caso da habitação os valores de referência eram baixíssimos. Naquele momento, com a bazuca, havia uma certa admissão de que se poderiam rever os valores de referência.

Naquele caso, quem tinha acompanhado mais de perto as discussões com a ARS tinha sido o Vereador Ricardo, que podia explicar melhor, mas, grosso modo, era assim. Iam assumir de imediato e, depois, iriam tentar - com o compromisso que eles tinham assumido connosco verbalmente, não estava ali escrito - ver se eles avançavam mais no valor de referência, para poderem pagar integralmente aquilo, visto que o que estava previsto era que a Câmara não gastasse um cêntimo além do esforço pessoal, que custava muito dinheiro, dos seus técnicos, do processo concursal, do acompanhamento da obra, etc, e os custos globais do dono da obra. Era isso que a Câmara deveria comportar e mais nada do que isso. Se isso ficasse exatamente assim iria comportar umas centenas de milhares de euros. Portanto, se a senhora Presidente estivesse de acordo, o Vereador Ricardo, que tinha estado nas negociações com a ARS, podia dar uma nota mais rigorosa disso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que agradecia os esclarecimentos, mas havia uma coisa que aproveitava à questão que o Vereador Ricardo poderia esclarecer. Portanto, tanto quanto tinha entendido, o concurso tinha ficado deserto: A referência do concurso era a mesma que ali estava, a nível de valor, não era? Tinha visto que o protocolo estava a amarrar aquela proposta. Por isso, iria referenciar, outra vez, o protocolo. No valor que a ARS participava, nos montantes que estavam lá indicados, havia uma certa confusão, que não tinha conseguido entender, porque falavam da preparação do terreno, da terraplenagem, etc, ser responsabilidade da ARS, mas a responsabilidade financeira já estava incluída nesses montantes. Portanto, aquele montante já incluía isso tudo.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que, relativamente ao esclarecimento sobre as diferenças de valores, aquando do lançamento do concurso já tinham a perspetiva de que o valor que estava aprovado na portaria do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado Adjunta da Saúde, que era quem autorizava aquele financiamento por parte da ARS de Lisboa e Vale do Tejo - que era, grosso modo, de 980 mil euros -, já não estava atualizado.

Não estava atualizado por duas razões, porque o preço de referência do metro quadrado era insuficiente, por um lado, e, por outro lado, porque a ARS responsável pelo projeto tinha acrescentado 200 metros quadrados, por questões técnicas, ao próprio projeto, o que, ao valor do preço, por exemplo, aumentava em 240 mil euros o valor do projeto. Tinham uma diferença entre aquilo que estava garantido de financiamento, por via da transferência do Governo, através da ARS, e aquilo que tinha sido a candidatura aprovada - e, essa sim, não se podia mexer -, uma diferença de 400 mil euros.

Naquilo que tinha sido assumido e acordado com a senhora Ministro da Saúde, na reunião que tinham tido no dia 9 de novembro do ano de 2020, a partir do momento em que tivessem o resultado da adjudicação - e, portanto, o valor concreto do custo de todo o projeto -, que a ARS iria solicitar, ao Ministério das Finanças, a autorização para o reforço da verba de comparticipação, por parte do Estado.

Por isso, inclusivamente, estava na proposta que iriam discutir mais à frente, um n.º 2, em que requeriam à ARS, formalmente, também, esse procedimento. Para se ter uma ideia, o que já se tinha conseguido, naquele valor, ainda era um valor, apesar de tudo, de metro quadrado, bastante razoável. Naquele momento, a ARS já tinha como preço de referência, não autorizada, mas para os projetos que estava a apresentar no âmbito do PRR, em que se incluía, acordado com a Câmara de Setúbal, o novo Centro de Saúde da Bela Vista, que substituiria o Centro de Saúde do Bairro Santos Nicolau, e para um novo centro de saúde, que iria reforçar - aí, sim -, na zona da União das Freguesias de Setúbal, para o novo Centro de Saúde do Bairro do Liceu, já tinha como preço, que estava a propor ao Governo, os 1600 euros por metro quadrado, para termos uma ideia das diferenças do que estava em causa. Não se podia, era colocar nas costas e nas finanças dos municípios o esforço para concretizar essa competência, que era da Administração Central.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 115/21 – Proposta n.º 4/2021 – DAAE/GAPAE – Candidatura do Município de Setúbal ao Galardão ECOXXI 2021

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 116/21 – Proposta n.º 5/2021 – DAAE/SRIFLOR - Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Sol Nascente (I.P.S.S.)

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que era uma pergunta muito simples. Quando mencionava que o Município de Setúbal beneficiava, também - apesar de ser no Pinhal Novo - daquela associação, conseguia quantificar, porque não era normal trazermos uma associação do Pinhal Novo para cá? Consequia perceber que podia ter um âmbito regional ou um âmbito, até, maior, mas gostava de perceber esse benefício que era associado, porque até podia não ser esse o critério, mas parecia ser, naturalmente, esse um dos critérios, mas como ele estava estabelecido não sabia se o conseguia quantificar, ou não.

h

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que não conseguia quantificar, até por questões de privacidade dos próprios utentes. Não sabia dizer, exatamente, o número de pessoas, sabia que o âmbito daquela comunidade terapêutica era nacional. Portanto, recebia pessoas de vários sítios do país. Também tínhamos em Setúbal algumas comunidades terapêuticas, por exemplo, uma sediada na antiga escola O Lugar da Manhã. Muitas vezes, essas pessoas até eram afastadas dos sítios onde viviam, embora muitas delas, depois, ficassem cá, nos sítios onde tinham feito as reabilitações. Também já nos tinha acontecido isso.

Aquela associação tinha esse “*know-how*”, tinha-se ido especializando nesse tipo de trabalhos. Já tinha colaborado connosco, pontualmente, em algumas iniciativas e julgavam que seria uma colaboração muito importante, como faziam, por exemplo, com o Estabelecimento Prisional de Setúbal e com outras instituições. Portanto, eles precisavam desse tipo de apoio e nós também gostávamos de apoiar, quer a nível social, quer a nível do trabalho que eles poderiam desempenhar, que fazia sentido. Não sabia quantificar, exatamente, o número de utentes que eles pudessem ter que fossem do concelho de Setúbal. Não sabia quantificar.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que agradecia o esclarecimento e percebia que não soubesse quantificar. Tudo bem, mas a principal razão, que também conduzia àquela adjudicação, era porque precisávamos, também, do serviço, não era? Daí ser renovável. Até àquele momento tinha sido feito por quem? Tinha sido feito pela Câmara?

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que esse serviço, que tinham criado em 2018 na nossa estrutura municipal, estava diluído na higiene urbana e nalguns serviços do Departamento de Obras Municipais. Com a questão e com a importância que tinha sido dada - e bem - às questões do combate aos incêndios e da prevenção dos incêndios, tinham decidido criar esse serviço. O que é que tinham vindo a fazer? A criar e a apetrechar o nosso serviço municipal. O que é que tinha acontecido? Quanto mais trabalhavam mais eram as solicitações, quer por via daquilo que era o nosso trabalho de terrenos municipais e de estradas municipais, quer por via de estradas com que a Câmara tinha ido ficando através de protocolos, quer por via de intervenções coercivas. Portanto, tinham uma parte do serviço que era feita diretamente, por um corpo próprio de trabalhadores ou prestações de serviços e tinham concursos que lançavam para trabalhos específicos, com empresas da área.

Naquele caso, não era uma coisa nem outra, porque se tratava de terem contacto com aquela associação, a associação predispor-se a fazer esse trabalho e conseguirmos, através desta via, em termos sociais, também dar essa materialização à associação, que, de outra forma, também tinha dificuldade em fazer o seu trabalho e, no fundo, colocar essas pessoas a poderem ter atividades válidas. Muitas vezes, em termos sociais, as questões das pessoas do estabelecimento prisional ou daquele tipo de pessoas não eram facilmente aceitáveis por outras empresas. Enquanto câmara, tinham, também, alguma responsabilidade e confiavam no trabalho que seria feito por aquela instituição.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que tinha percebido a questão que a senhora Vereadora tinha colocado, só não a tinha entendido de forma muito clara. Tinha compreendido o objetivo, aceitava o objetivo e havia muitas formas de o fazer. Até podia contratar empresas - e a contratação pública já permitia isso - em que um dos fatores fosse, precisamente, esse benefício social. Até poderia ser o caso, mas tinha optado pela associação e não havia problema. A pergunta era uma pergunta formal e não colocava em causa o propósito - era feito, ou não, por uma empresa, antes?-, mas já tinha percebido que não, era um serviço novo. Pronto, tudo bem.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

8. Deliberação n.º 117/21 – Proposta n.º 38/2021 – DCDJ/DICUL – Apoio a atividades da Associação de Moradores do Bairro da Anunciada

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 118/21 – Proposta n.º 40/2021 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas – Eventos Desportivos 2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 119/21 – Proposta n.º 07/2021 – DES – Protocolo de Cedência de Prédio Urbano, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia do Sado

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 120/21 – Proposta n.º 08/2021 – DES – Contrato-Programa entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal para a construção da Unidade de Saúde de Azeitão

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 121/21 – Proposta n.º 03/2021 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2021

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

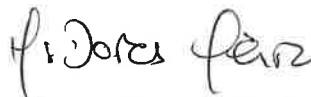
Não houve intervenções no período destinado á intervenção do público.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e cinquenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 05 de maio de 2021, por unanimidade, contém 31 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio